

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA (PPGCSPA)**

ARIÉLE DUCARMO SANTOS BOÁS

VINHAIS VELHO: identidade, história e memória marcadas por impactos socioculturais
resultantes da construção da Via Expressa em São Luís - MA

São Luís
2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA (PPGCSPA)**

ARIÉLE DUCARMO SANTOS BOÁS

VINHAIS VELHO: identidade, história e memória marcadas por impactos socioculturais resultantes da construção da Via Expressa em São Luís - MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA / Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Linha de Pesquisa: Estado, comunidade tradicional e territorialidade da Amazônia.

Orientador: Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior.

São Luís
2022

Boás, Ariéle Ducarmo Santos.

Vinhais Velho: identidade, história e memória marcadas por impactos socioculturais resultantes da construção da Via Expressa em São Luís - MA/
Ariéle Ducarmo Santos Boás. – São Luís, 2022.

83 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior.

1.Vinhais Velho. 2.Memorial. 3.Efeitos Sociais. 4.Comunidade. I.Título.

CDU: 316.4.063:930.2(812.1)

ARIÉLE DUCARMO SANTOS BOÁS

VINHAIS VELHO: identidade, história e memória marcadas por impactos socioculturais resultantes da construção da Via Expressa em São Luís - MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA / Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior

Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins

Prof.^a Dr.^a Helciane de Fátima Abreu Araujo

Prof.^a Dr.^a Elieyd Sousa de Menezes

In memoriam
Ualdina Ribeiro (dona Babá)

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da minha fé, que me dá chances todos os dias de lutar pelos meus sonhos e de conquistá-los, és a minha primeira fonte de inspiração.

Ao meu esposo, Anderson Boás, por me apoiar, me dar forças, inspiração, auxílio para esta e outras conquistas.

Ao meu filho Gael, presente de Deus, que me faz a cada dia querer ser melhor. E ao Miguel, um príncipe que Deus colocou em minha vida.

Aos meus pais, Valdirene e Benedito, por sempre acreditarem em mim e me darem o apoio emocional e psicológico para persistir na caminhada árdua de pesquisadora/estudante.

A minha irmã e sobrinho, que me fazem lembrar que os detalhes são muito importantes na caminhada da vida, pois me fazem sentir o amor mesmo que de longe.

Ao meu orientador, professor Dr. Emmanuel de Almeida, que me deu as devidas contribuições e orientações para que esta pesquisa viesse a se realizar com êxito, este me mostrou com afinco o saber antropológico, imerso em sua complexidade.

À banca de qualificação, professor Dr. Alfredo Wagner e a professora Dr^a Cynthia Carvalho, que foram imprescindíveis em suas colocações para o destrinchar de um estudo antropológico voltado a comunidades tradicionais.

À banca de defesa de dissertação, professora Dr^a Cynthia Carvalho e a professora Dr^a Helciane de Fátima, por acreditarem e darem as devidas contribuições para a continuidade da minha pesquisa.

A todo corpo docente que, desde 2019, se fez presente com suas colocações sobre os mais diversos assuntos no que condiz à Cartografia Social.

A todo o Programa de Pós-graduação, secretaria, na pessoa de Nila; coordenação, na pessoa da professora Dr^a Patrícia Portela. Obrigada por cada informação prestada e todos os documentos solicitados.

Ao secretário da paróquia da Igreja de São João Batista, o jovem Werb, que hoje já não se faz mais presente na mesma, mas mostrou muita disposição em contribuir com as devidas informações e a atual secretária Thaynara que sempre foi muito prestativa. A todos do Vinhais Velho, que foram muito cordiais e gentis para com este estudo.

Por fim, a todos que, de alguma forma, foram pessoas chaves para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a forma pela qual a *Comunidade* Vinhais Velho contempla o Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho após a construção da Via Expressa em São Luís-MA tendo sido inaugurado no ano de 2014. Desta forma, a pesquisa se estende a uma análise de cunho bibliográfico, documental – tendo em vista a análise do EIA/RIMA – e etnográfico, levando como base a etnografia dialógica e polifônica. Ademais, foram utilizados dados de campo da autora de momentos já vivenciados em pesquisas anteriores e os atuais, pautados neste estudo. Para tanto, destaco os Agentes Sociais que vivenciaram de perto o período em que o megaempreendimento foi construído, entre seus conflitos e manifestações. Desta forma, pretendo explicar como os efeitos sociais a partir da construção de um megaempreendimento interferem na vida de pessoas que já possuem seus mais diversos modos de vida, entre cotidianos, festejos, apreço cultural e social, bem como ambiental. São descritas, então, de forma sintética, falas de Agentes que demonstram a insatisfação em terem seus ambientes interferidos, onde percebe-se a maior influência por parte da classe elitizada. Percebe-se também interferências no que condiz a inserção do Memorial, tendo em vista que tal ação foi realizada durante um período conflituoso e conturbado. Desta forma, como a *Comunidade* analisa e prestigia este “presente” do Governo do Estado do Maranhão?

Palavras-chave: Vinhais Velho. Memorial. Efeitos Sociais. Comunidade.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the way in which the Vinhais Velho Community contemplates the Memorial of the Archaeological Site of Vinhais Velho after the construction of the Expressway in São Luís-MA having been inaugurated in 2014. In this way, the research extends to an analysis of a bibliographic, documental nature – in view of the analysis of the EIA/RIMA – and ethnographic, based on dialogic and polyphonic ethnography. In addition, field data from the author of moments already experienced in previous and current research were used, based on this study. To this end, I highlight the Social Agents who closely experienced the period in which the mega-enterprise was built, between its conflicts and manifestations. In this way, I intend to explain how the social effects from the construction of a mega-enterprise interfere in the lives of people who already have their most diverse ways of life, between daily life, festivities, cultural and social, as well as environmental, haste. Then, in a synthetic way, speeches of Agents who demonstrate dissatisfaction with having their environments interfered are described, where the greatest influence on the part of the elite class is perceived. There is also interference in what corresponds to the insertion of the Memorial, considering that such action was carried out during a conflicted and troubled period. In this way, how does the Community analyze and honor this “gift” from the Government of the Maranhão of State?

Keywords: Vinhais Velho. Memorial. Social Effects. Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	– Placa de inauguração do Memorial	26
Figura 02	– Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho	26
Figura 03	– Moradores do Vinhais Velho Organizam resistência contra a Via Expressa	30
Figura 04	– Obras da Via Expressa são paralisadas temporariamente	30
Figura 05	– Área de manguezal no Vinhais Velho	46
Figura 06	– Braço de mar no Rio Anil	46
Figura 07	– Mapa de Influência Direta da Via Expressa	49
Figura 08	– Achados Arqueológicos	51
Figura 09	– Demolição de casas	55
Figura 10	– Demolição de casas (2)	55
Figura 11	– Artefatos indígenas encontrados soterrados no quintal de casa no Vinhais Velho	56
Figura 12	– Comunidade Vinhais Velho antes da passagem da Via Expressa em 2012	64
Figura 13	– Manifestação dos moradores em frente à igreja de São João Batista	66
Figura 14	– Barricada erguida pelos moradores com um ato de protesto pela implantação da Via	67
Figura 15	– Dona Ubaldina Ribeiro em sua residência	68
Figura 16	– Área em que houve a retirada das casas para passagem da Via Expressa	69
Figura 17	– Via Expressa. À direita, entrada para maior parte do Vinhais Velho	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	Chegada ao Vinhais Velho – caminhos que me levaram à pesquisa	12
1.2	Metodologia da pesquisa	21
1.3	Problemática da pesquisa”	23
2	ALGUMAS OPERAÇÕES TEÓRICAS CONCEITUAIS	28
2.1	Uma análise sobre a classificação “outros”	35
3	COMUNIDADE VINHAIS VELHO: um marco em sua história	39
3.1	Práticas cotidianas dos povos Tupinambás	45
3.2	Museificação: a inserção do Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho na <i>Comunidade</i>	48
3.3	Uma Análise sobre o trabalho arqueológico realizado durante a construção da Via Expressa e outros fatores	54
4	UMA ANÁLISE DO EIA RIMA E DESCRIÇÃO REFLEXIVA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE A COMUNIDADE VINHAIS VELHO	57
4.1	Características físicas, biológicas e antrópicas na área de influência	59
4.2	Passagem da Via pela <i>Comunidade</i> Vinhais Velho e a reação dos moradores	61
4.3	Breve análise sobre os resultados obtidos pelo RIMA para a área de implantação e operação do projeto Via Expressa	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	76
	ANEXOS	79

1 INTRODUÇÃO

Uma abordagem sobre a implantação de um megaempreendimento na *Comunidade*¹ Vinhais Velho e seus efeitos sociais relacionados à inserção do Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho, é o que me proponho a realizar nesta pesquisa. Esta abordagem tem como objetivo analisar tais efeitos advindos das construções pautadas no crescimento urbano, neste caso, a projetos que seguem uma linha de infraestrutura “desenvolvimentista” no intuito de beneficiar apenas uma parcela da sociedade. A *Comunidade* em questão foi e ainda é palco de muitos conflitos ocasionados pela passagem da Via Expressa em São Luís - MA, o que significa dizer que dois tipos de olhares estão sobre esta, o da *Comunidade*, pela insatisfação de uma mudança em seus aspectos cotidianos, bem como às relações existentes entre os Agentes Sociais², além do derrubamento de casas para inserção de uma via projetada, dentre outros pontos. O outro tipo de olhar advém do Estado, o qual impõe a uma “comunidade” a aceitação destas mudanças e de outras mais que serão mencionadas no decorrer da pesquisa, porém enfatizarei com mais afinco a construção do Memorial de uma forma reflexiva, pois o mesmo é visto pelos Agentes de uma maneira não tão benéfica quanto o Estado pretendia passar.

Gostaria de destacar que o desenrolar desta pesquisa se dará a partir do conhecimento sobre o que pode intervir em uma “comunidade” no que condiz aos seus aspectos socioculturais, bem como às relações estabelecidas quando se trata de famílias, vizinhanças e o próprio marco cultural voltado à história dos Povos Tupinambás. O estudo enfatiza a forma pela qual o “outro” é visto por diversos olhares, desde o que é traçado entre “comunidade”, como pelo que o Estado expressa, a partir do momento em que ver o “outro” como exótico, diferente. Minha abordagem tem o intuito, ainda nesta introdução, de explicar

¹ Convém aqui destacar a utilização do termo comunidade, a qual será feita para relacionar-se aos Agentes Sociais, bem como sua localização geográfica e à conceituação, sendo, assim, *Comunidade*, em *itálico*, quando trata-se do Vinhais Velho, quanto às pessoas e aos seus aspectos identitários e “comunidade”, entre aspas, quando se referir à uma conceituação e a pontos genéricos.

² Abro aqui um espaço para mencionar o uso do termo Agentes Sociais. Os quais são os principais autores desta pesquisa. Destaco então, a visão de Bourdieu (2004) acerca de tal termo, onde em sua obra *Coisas Ditas*, em a delegação e o fetichismo político, aborda os Agentes Sociais como porta vozes. O autor faz uma alusão a mandantes e mandatários, sendo os mandatários aqueles que falam no lugar de alguém, ou seja, há um “mandante”, porém a voz destacada é a dos mandatários, neste caso eles funcionam como signos, agem no lugar do mandante e coletivamente. Quando o mandante destaca a voz do mandatário, existe, desta forma, uma transferência de poder, neste caso o mandante autoriza o mandatário a falar em seu lugar e, não somente isto, mas, no caso das procurações em cartório, é o poder da assinatura que dá ao mandatário plenos poderes, dentre outras situações destacadas pelo autor. Nesta pesquisa, destaco então, o poder de fala dos Agentes, estes que são os próprios moradores da *Comunidade* em estudo.

de que forma os meus caminhos me levaram a esta pesquisa, ao meu objeto de estudo. Destaco ainda a problemática e metodologia deste estudo.

O espaço a que se segue traz uma abordagem teórica a respeito do que se entende por “comunidade” pelos olhares de Bourdieu, Benedict Anderson, dentre outros autores, contudo abordo os mencionados aqui, pois há uma crítica frente ao que se percebe por “comunidade” imaginada, sonhada. Ademais, trata-se de um capítulo que aborda os aspectos do desenvolvimento das cidades, a partir de um crescimento urbano; o Estado, enquanto “puro” dentro de uma sociedade; faz-se também uma análise sobre o “outro”, abordando então a visão do antropólogo Alfredo Wagner. O capítulo posterior traz uma breve descrição sobre a história dos povos que marcaram São Luís-MA, bem como o Vinhais Velho, lugar onde estes se fizeram presentes por um longo tempo “estabelecendo uma ‘relação’ com povos Tupinambás. Ademais, este capítulo faz um levantamento teórico sobre marcos museológicos, sobre como os museus são vistos dentro de uma “comunidade”, faz-se então uma diferenciação de como os museus clássicos são colocados dentro de uma realidade como a da *Comunidade* em questão, logo, há uma proposta para se pensar em museus vivos, estes que descrevem dentro e com a própria “comunidade” como se deu a sua construção identitária.

Por fim, pretendo realizar uma análise documental, tendo o EIA-RIMA, realizado no ano de 2010, com o intuito de respaldar a construção da Via Expressa em São Luís-MA, como fonte teórica e este também como uma imposição do Estado, realçando assim as violências físicas e simbólicas exercidas pelo mesmo a fim de garantir a uma sociedade elitizada, uma “melhoria” de vida.

Assim, o Vinhais Velho é uma *Comunidade* localizada em São Luís-MA, especificamente na porção centro-noroeste da capital, muito conhecido e prestigiado pelas suas grandes riquezas naturais, no que condiz a uma vasta vegetação e ao estuário do Rio Anil, pautado em manguezais com grande quantidade de alimentos mariscos. Ademais, é através desta *Comunidade* que uma parte da capital do Maranhão conhece a história de São Luís, tendo em vista a vivência de povos Tupinambás durante alguns séculos, a qual foi mencionada por franceses, após terem se deslocado para colonizar a Ilha.

Em outubro de 2010 a empresa RODOCONSULT elaborou o Projeto Final de Engenharia para a realização da pavimentação de uma Via Expressa em São Luís-MA, com o pedido da SINFRA e em meados dos anos em que Roseana Sarney era a governadora da capital, no intuito de interligar alguns bairros e pontos voltados para a economia da capital, onde haveria a facilidade em deslocamento de pessoas que utilizam transporte particular para

terem acesso de uma maneira mais ágil aos shoppings centers da região. Sendo interligadas desta forma, as avenidas Carlos Cunha (Jaracaty), Jerônimo de Albuquerque e Daniel de La Touche (Ibase). RIMA (2010). Tal planejamento urbano utilizou de uma parte da capital para que o projeto fosse concretizado e, entre essa parte, está o Vinhais Velho, *Comunidade* a qual me propus a estudar no decorrer desses anos – desde 2016 – e sendo este partícipe do meu objeto de pesquisa.

A partir do momento em que o projeto Via Expressa foi lançado, houve uma série de conflitos³ dentro da *Comunidade*, esta passou a se reunir em datas e momentos específicos para manifestações no intuito de garantir a segurança já existente por conta das relações de parentesco e vizinhança, além dos aspectos físicos voltados à situações socioambientais. Abordarei com mais afinco sobre o referido projeto, no capítulo III, o qual será feita uma análise do mesmo e do EIA-RIMA, para descrição dos possíveis efeitos sociais. No entanto, gostaria de mencionar neste espaço a existência de diversos conflitos, entre a *Comunidade* e o Estado, este último responsável pela implantação da Via para comemoração dos 400 anos da capital do Maranhão.

Por um ser um projeto de grande proporção, houve a “necessidade” de passagem pela *Comunidade* e isto interferiu em diversos aspectos, como no deslocamento de famílias, por conta da demolição de casas sendo este um dos pontos negativos que mais deixou a mesma insatisfeita, tendo em vista que as famílias que nas casas viviam já tinham muitos anos de moradia naquela região, além do conforto, das relações firmadas entre parentes e amigos, bem como aos trabalhos diários, pois alguns viviam da pesca colhida pelo braço de mar no rio Anil, também percebeu-se o aumento na quantidade de acidentes pelo fato da grande quantidade de carros que passam pela Via e dentro da *Comunidade*. Porém, gostaria de trazer ao leitor que foi através desta ação que peças datadas do período em que os Tupinambás viviam na antiga aldeia indígena, foram encontradas, tendo sido feito assim um embargamento na obra para o colhimento de tais peças. Com a presença e participação do

³ Aqui vale ressaltar a visão que Lygia Sigaud tem sobre efeitos sociais e impactos advindos de grandes projetos hidrelétricos. Destaco então, que há uma diferença sobre esses dois pontos, pois falar sobre impactos remete-se, na visão da autora, a efeitos temporários, no entanto, os efeitos sociais, são de caráter duradouro e até mesmo anterior à esses acontecimentos. Desta forma, percebe-se uma permanência conflituosa em relações já estabelecidas, de parentesco, vizinhança e dos Agentes com o próprio lugar de moradia. Assim, para a mesma, existe uma coerência maior em fazer uma abordagem de cunho social, falar de tais efeitos, pois estão acima de qualquer impacto de natureza temporária. A mesma destaca: “ora, se é a população reassentada que sofre “impactos” e se verifica que as condições de reassentamento não resultam apenas da intervenção do Estado, não há como generalizar “impactos” [...]. No que se refere aos efeitos propriamente ditos, a perspectiva adotada foi a de analisá-los não como respostas culturais da população, mas como mudanças na estrutura das relações sociais, no qual está inserida, perspectiva esta que coloca em questão a própria possibilidade de impactos temporais.” (1986, p. 6)

IPHAN, de historiadores e políticos da época, por volta do ano de 2010 – 2011, foi realizada então a construção de um memorial no intuito de “resguardar” os artefatos localizados através do processo de escavação, onde, por esta ação, percebe-se que existe uma imposição de ações benéficas advindas do Estado que, no entanto, fazem parte de uma violência física e simbólica. Ademais, apesar de ter sido feita inspeção, análise e “recolhimento”, aquela localidade vai ter traços históricos e identitários marcados pelas peças encontradas.

Desta forma, almejo analisar a insatisfação de uma parcela da sociedade e à melhoria de vida da “outra”, a qual é através desse ponto que podemos perceber que as vozes que “gritam” são as que, por algum tipo de violência física e simbólica, se calam. Assim, pressupondo um olhar de quem vem das classes “menores”, percebe-se que os “atos de Estado” estão muito presentes em uma situação de transformação da realidade de uma “comunidade”. Estes que, conforme Bourdieu (1990) declara, em seu curso no Collège de France – 1989-1992 são atos políticos com pretensões de um efeito no mundo social, pautados em uma política reconhecida e implantada como legítima, pois ninguém tem a possibilidade de agir de outra forma e de deslegitimar a mesma, por conta de uma imposição que se faz presente em diversas situações do dia a dia. O “poder” legítimo do Estado respalda as ações públicas do mesmo. As sociedades estão imersas nas vontades plenas e decisórias deste. Relações de convivência, utilização de serviços públicos, que vão desde as escolas aos hospitais, não tem voz que contraponha ao poderio estatal.

A autorização do Estado para a realização de uma ação voltada ao desenvolvimento urbano é pautada em atos do mesmo, defendida e justificada, de certa forma, pela crença de que também haveriam atos protetores, estes que, no caso da *Comunidade* em questão, tiveram relação a “resguardar” as peças arqueológicas encontradas, fazem referência ao Estado com o intuito de mostrar “benefícios” em troca de uma determinada modificação de cunho social, físico e ambiental. A opção então da “comunidade” é a aceitação, ainda que seja obrigada a isto.

1.1 Chegada ao Vinhais Velho – caminhos que me levaram à pesquisa

Gostaria neste momento, dentro deste tópico, de abordar de forma breve sobre como se deu minha caminhada como pesquisadora na *Comunidade* em questão. Assim, o estudo aqui explanado resulta de uma pesquisa realizada durante minha graduação no curso de

Geografia no momento em que eu me inquietava sobre qual temática iria abordar no Trabalho de Conclusão de Curso, o qual foi apresentado no ano de 2016. A problemática surgiu então a partir de aulas sobre questões culturais onde foi mencionada de forma sucinta a *Comunidade Vinhais Velho* como um local em que sofreu uma série de modificações para que o megaempreendimento da Via Expressa fosse construído. Desde então me atentei aos estudos que tratavam sobre “comunidades” tradicionais e impactos socioambientais e me inquietei com aspectos advindos do crescimento urbano. O trabalho monográfico, no entanto, tratou dos impactos de aspectos ambientais, ou seja, na vegetação, hidrografia e questões geográficas. Apropriou-se também do âmbito cultural, tendo em vista os festejos, comemorações e a Igreja de São João Batista como um marco da chegada dos europeus a São Luís - MA, este último de forma breve. Por fim, foi analisada a maneira pela qual os moradores reagiram perante as mudanças ocorridas.

Destaco, a partir de então, que esta pesquisa não está pautada em um *reestudo*, não é uma repetição de um trabalho anterior, apesar de tratar de aspectos semelhantes no que condiz a implantação da Via Expressa em São Luís - MA, o objeto de pesquisa é diferente. Meu intuito neste estudo consiste em compreender qual é a relação da *Comunidade* com o Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho, o qual foi implantado a partir de artefatos arqueológicos encontrados durante o período em que a Via Expressa estava sendo construída, ou seja, quais efeitos sociais a Via Expressa gerou ao ser implantada em aspectos voltados à identidade da *Comunidade*.

Elieyd Sousa de Menezes (2019), antropóloga social, destaca em sua tese de doutorado alguns autores que tiveram suas pesquisas voltadas ao reestudo e outros que não tiveram, afirmando assim que nem todo estudo etnográfico está pautado em uma reabordagem, neste caso, em uma revisão. Um exemplo na Antropologia da retomada de estudos, consiste no trabalho de Malinowski em 1922 ao tratar da Ilha dos Trobriand, pois fora retomado e analisado em outras pesquisas, posteriormente. Neste caso, sobre repetição e reconstituição de posição, é válido mencionar:

A repetição constitui um estudo do mesmo objeto, embora com elementos diferentes. Um reestudo toma o objeto que foi estudado por outro, ou pelo mesmo autor, como no caso de Redfield e Firth. Uma reconstituição de posição seria a posição do autor que é reconstituída para dar outro elemento ao objeto ou a construção de um novo objeto. (MENEZES, 2019, p. 19)

Outro ponto a se destacar é a precisão de, em alguns momentos, colocar dados da pesquisa anterior, para que assim o leitor não fique confuso, mas que consiga fazer uma

leitura completa, tendo em vista que os agentes os quais tive uma “relação” nesta pesquisa, não são os mesmos do estudo anterior.

Destarte, minha problemática teve algumas alterações. Nesta pesquisa farei uma abordagem sobre as questões “arqueológicas” e museológicas presentes na *Comunidade Vinhais Velho*, especificamente com o significado que o Memorial do Sítio Arqueológico tem para a *Comunidade*. Ademais, a descoberta dos artefatos ocorreu no período de construção da Via, através do procedimento de terraplanagem. Como afirma Bandeira (2013, p. 41):

O Sítio Arqueológico Vinhais Velho localiza-se no bairro Recanto dos Vinhais, zona urbana de São Luís, na porção noroeste da Ilha de São Luís, às margens do Igarapé Vinhais, tributário do rio Anil. O antigo aldeamento indígena foi descoberto acidentalmente na construção da Via Expressa, justamente quando as obras desviavam o traçado desta avenida do entorno da Igreja de São João Batista dos Vinhais.

A descrição mencionada acima aponta para os estudos realizados por arqueólogos que se envolveram nos assuntos pertinentes aos artefatos encontrados no Vinhais Velho. O projeto, até então, não tinha o formato que tem atualmente, mas sim com uma aproximação maior à Igreja de São João Batista. O traçado atual é resultante de um longo período de manifestações e revoltas da *Comunidade* para com o projeto Via Expressa.

Voltando à modificação do meu objeto de pesquisa, destaco o momento em que adentrei no Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia no ano de 2019, foi a partir de então que verifiquei que novas abordagens poderiam ser tratadas, tendo em vista que todas as disciplinas contribuam para um olhar antropológico. Com o apoio, no decorrer do Programa, principalmente de James Clifford, sobre autoridade etnográfica, Bronislaw Malinowski, ao tratar de sua experiência com os Trobriand, Pierre Bourdieu, que fala sobre violência simbólica em pesquisas de campo e sobre o Estado, além de Bauman, Fanon, Bachelard, Raimundo Lopes, Foucault, dentre outros, pude perceber que se fazia necessário uma abordagem de cunho etnográfico e que a Antropologia traz aspectos distintos da Geografia. Destaco, no entanto, que nem todos os autores acima descritos serão mencionados no decorrer desta pesquisa, mas os aponto como “auxiliadores” para tal olhar.

A partir de então, tais pesquisas bibliográficas tiveram uma “contribuição” significativa, além de leituras sobre o campo e sobre a temática, contribuições que me auxiliaram para um olhar sem qualquer tipo de violência simbólica sobre o campo. Minha ida ao mesmo se deu a partir da defesa do relatório de pesquisa para a disciplina de Seminário

Temático, levando em consideração todas as orientações obtidas pela banca, além de conversas com meu orientador.

Assim, foi a partir desse conhecimento prévio, que me propus a analisar como a memória arqueológica está envolvida na vida de pessoas que fazem parte de uma “comunidade” que tem uma identidade constituída também por uma historicidade e como tais artefatos fazem parte da identidade de tal.

É válido pontuar, a partir de então, a referência que se faz ao uso da palavra “comunidade”, porquanto a mesma tem uma definição bastante ampla entre diversos estudiosos. Atenho-me a articular sobre o Vinhais Velho com a utilização de tal expressão, tomando por base o que Almeida (2008) destaca quando aborda as terras tradicionalmente ocupadas no âmbito dos movimentos sociais e de uso comum em sua obra com esta intitulação.

Quando se trata de compreender o uso de tais terras por certo grupo, há que se destacar que movimentos sociais no campo tem certa posição frente ao que o Estado considera. Almeida (2008) destaca esse levantamento sobre tais povos quando aborda uma relação dos mesmos com aspectos da natureza e enfatiza que a expressão “populações tradicionais” incorporada nos aparatos burocráticos administrativos, não defende uma posição favorável do Governo às reivindicações realizadas pelos movimentos sociais, não quer dizer que haverá uma solução para os conflitos percebidos pela “comunidade”.

O termo “comunidade” quando defendido ao uso comum de terras e aos conflitos enfrentados por um determinado tipo de “grupo” passou a ser visto com mais ênfase contrariando “populações”, sendo esta última muito utilizada na biologia. Assim, Almeida (2008, p. 27) aponta:

Em verdade o termo “populações”, denotando certo agastamento, foi substituído por “comunidades”, que aparece revestido de uma conotação política inspirada nas ações partidárias e de entidades confessionais, referidas à noção de “base”, e de uma dinâmica de mobilização, aproximando-se por este viés da categoria “povos”.

Percebe-se então, a utilização de uma “classificação” frente ao que o Estado observa quando se trata de povos, comunidades tradicionais e grupos ditos como “diferentes” ao defenderem seu espaço territorial e participarem de lutas e “conflitos” pelo mesmo. Destarte, o Decreto n. 6040/2007 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Art. 3 afirma:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Tal definição não se distancia do pensamento sobre o que é uma “comunidade” tradicional e traz consigo uma veracidade ao que de fato a mesma vive, não por ser “diferente” das demais pessoas ou grupos, mas por defender e ocupar terras que dão à mesma uma autonomia e identidade voltada para suas diversas formas de viver, quais sejam, nos aspectos religiosos, econômicos, sociais e, ao todo, culturais.

Desta forma, falar sobre a *Comunidade* Vinhais Velho abordando assim os conflitos deparados pela mesma, com a inserção da Via Expressa pelo seu espaço territorial, requer de fato uma abordagem sobre o porquê desta ter vivido momentos conturbados de manifestações e lutas pelo seu “pedaço” de terra, ainda que não seja uma tarefa fácil e, talvez, inconclusa.

A partir de então, pressuponho que se faz necessária uma explanação sobre a escolha da temática, os conflitos deparados por uma estudante de Ciências Humanas, de cunho geográfico, que agora se faz presente em uma área de Ciências Sociais. Enfatizo a não facilidade em lidar com a temática pelo campo antropológico, porém, destaco a validade de se pensar em uma “comunidade” a partir do que a *Comunidade* Vinhais Velho vivencia.

No decorrer dos meus estudos no mestrado, muitas indagações vieram à tona até que minhas análises se depararam com um aprofundamento sobre questões museológicas e as coleções dos artefatos encontrados no período de escavação para construção da Via Expressa em São Luís - MA. Momento este demarcado por uma grande quantidade de efeitos sociais, como demolição de casas, redução das atividades econômicas locais como a pesca, transgressão nas relações de vizinhança, dentre outros pontos que serão destacados em outro momento.

Em meio aos acontecimentos no ano de 2020, com relação à pandemia da Covid-19, a qual se difundiu pelo mundo, especificamente a partir do mês de março, retomei o meu trabalho de campo no dia 20 de agosto de 2020. Este dia, no entanto, foi para realizar uma visita ao local de forma a retomar e esclarecer meus questionamentos frente ao que já havia iniciado com meus estudos a respeito da *Comunidade* Vinhais Velho. Tendo em vista que não possuía mais nenhum vínculo com as pessoas de lá, fui às casas mais próximas à Igreja de São Batista e consegui falar de forma breve com duas senhoras, as quais não soube como se chamam, pois foi uma conversa muito rápida. Percebi uma certa apreensão por parte das

mesmas, não sei se por conta da Pandemia ou pelo receio advindo do primeiro contato, tendo em vista que éramos desconhecidas, sem nenhum tipo de relação anterior. Contudo, ao me receberem em suas portas, de uma forma direta me informaram que não teriam como me atender naquele momento, mas que eu poderia conversar com o padre ou com o secretário da Paróquia São João Batista de Vinhais. Então, aproveitei o momento e fotografei a área externa da Igreja e logo em seguida me desloquei da *Comunidade*. Após esta data, fui mais vezes, estas que serão descritas no decorrer deste estudo, com o intuito de obter uma comunicação com alguém que pudesse me “receber”, pois ir a campo me despertou indagações ainda maiores sobre meu objeto de pesquisa.

Aqui vale ressaltar que pesquisar, ir a campo, dentro de um contexto pandêmico não foi uma tarefa fácil. Em todo o mundo, medidas de segurança e prevenção foram de suma importância para a não difusão do vírus da Covid-19. No entanto, estudantes, professores, pesquisadores de forma geral, tiveram que adaptar suas pesquisas. Em meu caso, uma pesquisa que seria de forma intensa no campo, com contato direto com os Agentes Sociais, precisou ser modificada, abriu-se então uma oportunidade de realizar um trabalho bibliográfico, porém, com dados já obtidos anteriormente, inclusive com a pesquisa realizada há anos atrás, no entanto, como dito acima, com o objeto de estudo diferente. As entrevistas, fotos, conversas informais, foram essenciais na construção do objeto de estudo a qual me propus a contemplar nesta pesquisa dissertativa.

Adentrar no mestrado, ter um estudo voltado à Antropologia, despertar o interesse em novas descobertas, me fez almejar conhecer e compreender a relação da *Comunidade Vinhais Velho* para com o Memorial ali implantado. Contudo, foi uma tarefa desafiante, onde, na primeira ida a campo, pude perceber o receio e “medo” dos Agentes Sociais, neste caso das senhoras já mencionadas acima, as quais não hesitaram em não ceder qualquer entrevista ou conversa informal. Desde este momento percebi a dificuldade em realizar minha pesquisa dentro de um contexto de pandemia, pois, para elas e para mim, seria um desafio colocar nossas saúde e vidas em exposição.

O receio em desenvolver um relacionamento com a *Comunidade* a tempo e concluir minha pesquisa dentro dos prazos determinados pelo Programa de Pós-graduação, era real, por isso, ainda consegui a princípio ir à casa de uma Agente Social a qual tivemos uma conversa muito agradável e significativa, esta que será mencionada nas linhas que se seguem, juntamente com os demais Agentes. Ademais, com a conversação com os objetos de estudo para a modificação do que já estudara a cinco anos, precisava ter essa base do campo,

relações voltadas à compreensão do que já tinha sido implantado pelo Estado, neste caso, do Memorial do Vinhais Velho. Fui à *Comunidade* algumas vezes para registrar fotografias e fazer uma análise somente de “vista”.

Gostaria neste espaço de destacar que, além do contexto pandêmico, vivenciei uma gestação, a qual teve início em janeiro de 2022 e término em outubro. Como um momento único em minha vida, marcado por muito amor e um misto de preocupação, tendo em vista que estava como parte do grupo de risco, vivenciei a mesma reclusa em minha casa, para minha segurança e a do meu filho que ainda estava em formação. Assim, não pude ir à campo com frequência, recorrendo mais ainda aos meios sociais de comunicação.

Vivenciar esse profundo receio me fez compreender ainda mais os desafios de ser uma pesquisadora que precisa está em campo, pois trata-se de uma pesquisa etnográfica, com intuito de construir relações, mas que não pôde fazê-lo com tanto afinco.

Apesar de tais desafios, menciono que o caminhar desta pesquisa se deu com êxito e pôde obter resultados, os quais trouxeram de forma contribuinte um pensamento crítico e analítico sobre a inserção de megaempreendimentos urbanos dentro de espaços “resguardados” pelos seus Agentes Sociais.

Assim, durante os dias que estive na *Comunidade* pude observar algumas situações que desfizeram minhas opiniões sobre causas que estariam a me inquietar e que, assim, aumentaram o nível de curiosidade a respeito das relações vividas entre os Agentes Sociais para com o Memorial existente na localidade. No dia 07 de outubro de 2020 compareci novamente no intuito de conseguir uma aproximação com alguém. Fui então à Igreja de São João Batista e pude conversar com o secretário da paróquia, o jovem Werb. Cheguei às 10h30 na *Comunidade* Vinhais Velho e dialogamos rapidamente sobre a mesma. Ao perguntar sobre o Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho, este me informou que estava temporariamente desativado para reformas e compras de novos móveis. No entanto, o fechamento do mesmo ocorreu antes de janeiro de 2019 tendo as peças arqueológicas “guardadas” em um depósito, na Igreja. Apesar disto, o secretário disse que até o final do ano de 2020 o memorial seria reaberto e afirmou ainda que o fechamento não era de conhecimento do IPHAN. Este fato levantou ainda mais indagações sobre a relação que a *Comunidade* possui com os artefatos encontrados em seu local de moradia, no que tange à sua identidade, se esta tem ainda uma relação com povos Tupinambás e se existe a “valorização” em conhecer e entender como se deu sua história que, de certa forma, não deve está presa ao passado, mas sim ser parte do presente, do dia a dia da *Comunidade*. No dia 13 de janeiro

2022 entrei em contato com a nova secretária da Paróquia – pois o que me recebera no ano de 2019 já não estava mais trabalhando lá, pelo motivo de ter ido embora de São Luís para sua terra natal – esta me foi apresentada pelo secretário, via aplicativo de troca de mensagens. A mesma me informou que o Memorial ainda não havia sido ativado, mas que estava sendo organizado com a realocação das peças, no entanto este ainda não estava disponível para visitas.

Obtive o contato com a nova secretária da Paróquia, através do Werb, este que se mostrou apto a me conceder o que lhe fosse solicitado para continuidade da minha pesquisa. Estudante de filosofia, o mesmo se alegrou bastante em poder fazer parte ou dar as devidas contribuições sobre um lugar que muito fez parte de sua história.

Então, com a curiosidade de uma estudante de Cartografia Social, com cunho antropológico, indagações foram feitas em meio interior, como: por qual motivo o Memorial foi desativado em meados de 2019 e ainda não foi reativado para contemplação da própria *Comunidade* e, até mesmo, para pessoas que fossem de fora desta? Será que as peças realocadas no Memorial têm de fato importância para a *Comunidade*? Pois, observando de fora, percebo que outros fatores foram mais influentes negativamente dentro daquela pequena *Comunidade*, do que a inserção de um Memorial, com artefatos arqueológicos datados de séculos passados. Ademais, qual é o resultado da presença de um espaço voltado a uma historicidade arqueológica? Tendo em vista o fato da *Comunidade* Vinhais Velho não ter realizado a ação dela própria construir e criar um espaço para contar e expressar sua história, realço nesta pesquisa a diferença que há entre o Memorial presente no Vinhais Velho, construído pelo Estado e uma possível implantação de um Centro de Ciências e Saberes, este que será abordado no decorrer da pesquisa. Não se havia conhecimento pelos membros da *Comunidade* até então de que haviam artefatos arqueológicos de povos Tupinambás naquele lugar e que, por anos, isso estava “escondido”, mas que já fazia parte da história da *Comunidade*. Não foram os moradores quem ergueram as paredes do memorial, nem tampouco “guardaram” as peças arqueológicas, mas percebe-se que há uma relação, ainda que não tão profunda, a respeito de tal memorial.

Ao conversar com uma Agente Social chamada Roseli, de 77 anos, pude perceber que, para a *Comunidade*, o que mais importava nos momentos de apreensão, por conta da construção da Via Expressa, foram fatores como: demolição de casas e mudanças nas relações já estabelecidas.

Dona Roseli (como assim gosta de ser chamada), me foi apresentada pelo secretário da paróquia, onde no mesmo dia em que conversei com ele, houve um contato via telefone dele para com esta senhora, momento em que o mesmo perguntou a ela sobre uma possível disponibilidade de um encontro ou uma visita a esta. A mesma, tem um apreço muito grande pela *Comunidade Vinhais Velho*, tendo em vista que participou de praticamente todos os embates e manifestações no período em que houve a informação de que um megaempreendimento passaria pela *Comunidade*, especificamente em frente à Igreja de São João Batista. A partir de então, obtive o contato desta e marquei uma data para conversarmos pessoalmente, fazendo uso assim de todas as medidas de segurança, ou seja, uso de máscara, álcool em gel e distanciamento no momento da conversa. Fui a sua casa no dia 17 de outubro de 2020 pela tarde. Recebida com muita gentileza, presteza e carinho, convidada a tomar um café com bolo da tarde, esta senhora conversou com muita clareza comigo.

Meu intuito no momento da entrevista era o de haver uma conversa informal, no entanto, que tivesse o uso de gravador, com o seu consentimento. Sendo assim proposto e aceito, pois a mesma declarou que, para falar de algo que gosta, não teria problema que a conversa fosse gravada, o diálogo teve o uso de tal recurso metodológico. Contudo, meu intuito era reduzir ao máximo qualquer tipo de violência simbólica ao utilizar o celular como gravador, a fim de evitar constrangimento. Me dediquei ao máximo, em me colocar no lugar de fala que a mesma estava, tendo em vista o que Bourdieu declara quando aponta aspectos necessários em uma pesquisa de campo: o colocar-se no lugar do outro e ver este não como um objeto de pesquisa, mas sim um protagonista de uma história, em determinada situação ou lugar. Ademais, é primordial que os efeitos advindos de uma violência simbólica em uma entrevista sejam reduzidos. Não basta somente ir a campo, é necessário que exista uma metodologia que se aproxime o máximo ao que o pesquisado sente, deste modo, o autor destaca:

Levando em conta estas duas propriedades inerentes à relação de entrevista, esforçamo-nos para fazer tudo para dominar os efeitos (sem pretender anulá-los); quer dizer, mais precisamente, para reduzir no máximo a violência simbólica que se pode exercer através dele. Procurou-se então instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. (BOURDIEU, 2008, p. 695)

É a partir desse esforço que há um respeito por cada subjetividade, pois cada entrevistado possui uma história, uma vivência pessoal pautada em experiências de muitos

anos, tanto singularmente, quanto coletivamente. Além disso, o nível da linguagem verbal e não verbal estimulam a contribuição da pessoa interrogada. (BOURDIEU, 2008)

Ao conversar com dona Roseli, pude perceber que a Igreja de São Batista, bem como sua história e trajetória está ligada à identidade da *Comunidade*. Contudo, não dá para dizer o mesmo a respeito do Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho, com suas peças resguardadas, datadas do século XVII nas quais foram encontradas enquanto a equipe que realizava o processo de terraplanagem trabalhava. Esta relação com os entrevistados será mencionada posteriormente, nos próximos capítulos.

Portanto, me proponho aqui a descrever e analisar as práticas museológicas na *Comunidade* Vinhais Velho, esta que passou por um momento conturbado a partir da implantação do referido megaempreendimento. Meus principais questionamentos despontam de um interesse em compreender o sentido que houve e ainda existe na construção do Memorial anexado à igreja de São João Batista com os artefatos colocados em exibição sendo estas peças arqueológicas datadas do período em que os franceses chegaram à São Luís. A partir de então, me questiono sobre de que maneira as peças são vistas pela *Comunidade*, se são parte de sua identidade e vistas como tais.

1.2 Metodologia da pesquisa

Considerando que este estudo aborda questões socioculturais e trata de aspectos voltados à identidade, pretendo-me a analisar de forma etnográfica os pontos pertencentes às mudanças ocorridas na *Comunidade* Vinhais Velho e à inserção do memorial anexado à Igreja de São João Batista. Contudo, percebe-se que é uma tarefa repleta de desafios, tendo em vista que minha relação primeira com a *Comunidade* foi de conhecimento exterior, ou seja, não havia uma relação anterior à pesquisa, com qualquer proximidade afetiva com a mesma.

A partir de então, o estudo etnográfico se deu com base nas teorias de James Clifford, que, ao falar sobre autoridade etnográfica, propôs o rompimento e a desintegração com esta que era pertinente na Antropologia Social do século XX. O trabalho etnográfico, para ele, deve se constituir de relações dialógicas e polifônicas, nas quais dão voz a mais de uma pessoa, diferentemente dos outros dois modos de fazer etnografia, nos quais tratam-se do experiencial, pautado na teoria da observação participante, de Malinowisk, que destaca uma experiência do “você está lá, porque eu estive lá”. O outro modo de autoridade etnográfica

criticada por James Clifford, consiste na forma interpretativa, esta que tem por base a “coleta” de textos feita pelo pesquisador no campo e, ao retornar para sua casa, para seu gabinete, faz a interpretação dos textos escritos, ou seja, este passa a ser o intérprete da sua relação com o campo, especificamente das falas ditas pelos pesquisados. Os modos dialógicos e polifônicos respaldam as falas destes, dão voz aos “nativos”, não deixam somente uma pessoa falar, sendo esta, geralmente, o etnógrafo, mas “incluem” na pesquisa também o pesquisado, entregando assim o poder de fala, suas narrativas e expressões. Não se trata de uma pesquisa monográfica, mas existe um diálogo para além do que o pesquisador pretende demonstrar. (CLIFFORD, 2002)

Através de leituras, pesquisas sobre a *Comunidade* em si, adquiri uma série de informações prontas a me auxiliarem. Contudo, foi necessário um processo que desfizesse teorias advindas do senso comum, bem como a opiniões já formuladas, como Bachelard destaca:

Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado. Não basta, por exemplo, corrigi-la em determinados pontos, mantendo, como uma espécie de moral provisória, um conhecimento vulgar e provisório. O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza (1996, p. 18)

Como aponta a citação acima, desformular qualquer tipo de opinião é necessário para que não existam obstáculos primeiros na pesquisa. Um estudo que já se tem uma opinião prévia anula o pensamento científico. Portanto, para se entrar no campo, realizar pesquisas etnográficas, é necessário se desfazer deste obstáculo e compreender através dos contatos com determinada “comunidade” quais são os pontos a serem destacados, porém essa atividade deve-se constituir de um estudo científico prévio. A cientificidade anula pensamentos e opiniões já estabelecidas.

Destaco também que, por conta das circunstâncias advindas da pandemia do Covid-19, minha pesquisa traçou uma caminhada diferente da anterior, a qual, além de ir à *Comunidade*, precisei realçar com mais afinco uma pesquisa bibliográfica, com descrições antropológicas, além do histórico da mesma feita em séculos passados e de relatos da *Comunidade* no período das manifestações.

Desta forma, o corpo desta dissertação, se desenvolverá, além da introdução e do capítulo II, da seguinte forma: o capítulo III terá como primordial uma descrição sobre o EIA-RIMA realizado no ano de 2010 para que o projeto fosse “aprovado” em sua realização. Ademais, o capítulo tem como intuito destacar de forma crítica e reflexiva esta posição do

Estado, enquanto “ponte” maior de desenvolvimento urbano em benefício das classes que têm uma posição privilegiada dentro de uma cidade e/ou Estado.

1.3 Problemática da pesquisa

Com o desenvolvimento de projetos de infraestrutura para melhoria da mobilidade urbana, percebe-se por vários vieses a complexidade que se dá quando há uma “comunidade” inserida em determinado ambiente. Esta se vê em uma situação de insegurança, pois tais acontecimentos geram uma série de mudanças, o que pode ser entendido como uma violência simbólica para com a mesma, pois trata-se de um poder hegemônico, neste caso, atrelado à economia e ao Estado. Bourdieu (2016) alerta que os agentes do Estado não estão a serviço do bem público e sim dos dominantes econômica e simbolicamente, é uma via de mão dupla, na qual servindo estes, se servem também.

A respeito de mudanças sociais, enfatizo a pesquisa de Max Gluckman, tendo esta sido realizada no norte da Zululândia - África do Sul. Ao descrever sua observação e contato com povos que ali habitavam, abordou em seu ensaio sobre uma *Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna*⁴, a relação entre zulus e europeus e de que forma os aspectos sociais poderiam intervir na construção e inauguração de uma ponte.

A ponte a qual o autor se refere foi inaugurada em Mahlabatini em 1938, pelo Departamento de Assuntos Nativos com o intuito de permitir a comunicação do magistrado de Mahlabatini com parte de seu distrito localizada além do rio e, também, para dar às mulheres o acesso ao Hospital Ceza, no qual tinha profissionais em obstetrícia. No ato de inauguração da ponte haviam 24 europeus e 400 zulus. No entanto, apesar das “diferenças” e objetivos distintos, a inauguração da ponte era um desejo de todos que estavam ali, pois o benefício não atingiria somente uma parte daqueles grupos, mas a todos. Era um foco comum a todos. (GLUCKMAN, 1987)

Desta forma, analisar as situações sociais de determinado contexto faz parte do estudo antropológico do pesquisador desta área específica. Portanto:

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações

⁴ Pesquisa realizada durante dezesseis meses em campo, entre 1936 e 1938.

sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. Através destas e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações. (GLUCKMAN 1987, p.228)

Ademais, Gluckman defende que todos os eventos que envolvem ou afetam seres humanos, são sociais. Destarte, declara que uma situação social é o comportamento de determinados indivíduos, membros de uma “comunidade”, que são analisados e comparados em seu comportamento em distintas ocasiões.

Assim, o autor faz menção de que europeus e zulus cooperaram conjuntamente e formaram uma comunidade com comportamentos específicos, sendo caracterizados então por uma comunidade branco-africana na Zululândia. A ponte foi planejada por europeus e construída por zulus; usada por magistrado europeu que governava zulus; garantia às mulheres zulus um hospital europeu; inaugurada por um regente europeu e por um zulu. Então, tratavam-se de relações zulus – europeias que objetivavam benefícios comuns. (GLUCKMAN, 1987)

No entanto, nem sempre as relações sociais são tidas como um benefício a todos os envolvidos. No caso citado por Gluckman, tem-se o entendimento de que dois grupos tinham um objetivo a almejar, que neste caso era a inauguração da ponte, pois esta favoreceria as duas parcelas das comunidades, ou melhor, da comunidade, pois, para ele, elas se tornaram uma só.

Neste ínterim, contudo, existem situações que afastam mais ainda duas realidades distintas, este é o caso da passagem da Via Expressa pela *Comunidade* Vinhais Velho. O que se nota é uma outra parcela da sociedade tendo que se adaptar ao novo modelo apresentado. Esta outra parcela condiz aos Agentes Sociais, ou seja, moradores, pessoas que são as mais afetadas por intervenções de cunho econômico e desenvolvimentista, as quais se veem tendo que tomar decisões drásticas. Estas que modificam toda uma geração e, no caso da *Comunidade* Vinhais Velho, gerações anteriores que têm uma identidade e trazem consigo uma história de séculos passados. Ademais, os efeitos sociais resultam nas relações entre a *Comunidade*, nos laços afetivos e de parentesco. Abordar a historicidade da *Comunidade* Vinhais Velho, que advém de certa forma, do encontro de peças arqueológicas que podem ser caracterizadas como parte da identidade da mesma ainda nos dias atuais resulta em fazer uma descrição dos povos Tupinambás, sua relação em séculos passados que deixaram um marco até hoje na vida da *Comunidade*.

Ademais, no período de escavação para a realização da Via Expressa houve a construção de um memorial para “resguardar” as peças arqueológicas encontradas. Este

memorial é um anexo à Igreja de São João Batista a qual também foi construída no período em que houve contato dos povos indígenas com os franceses, momento este que será descrito no capítulo seguinte, o qual fará uma explanação sobre a aldeia de Eussauap, nome dado ao Vinhais Velho no período em que os índios a habitavam.

É a partir de então, que meu intuito nesta pesquisa, após um tempo considerável e curto, pois fiz diversas modificações em meus estudos, consiste em observar e analisar como a *Comunidade* Vinhais Velho tem visto o memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho e qual é o significado que o “mini museu” tem trazido à *Comunidade*. Este pequeno espaço que “resguarda” os artefatos arqueológicos da *Comunidade* em questão, foi um “presente” do Governo do Estado, pois os mesmos foram encontrados enquanto se fazia o procedimento de terraplanagem para que a Via Expressa fosse construída. Ademais, foi pelo encontro de tais artefatos arqueológicos que houve a iniciativa e envolvimento do IPHAN com o apoio da SINFRA tendo a mesma implantado um programa para “resgatar” e “resguardar” as peças sendo então o *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico para Implantação da Via Expressa*. Apesar disto, ocorreu-me o questionamento sobre o envolvimento da *Comunidade* Vinhais Velho nesta atividade e, para a mesma, qual é o sentido do memorial construído? O que ele significa para esta?

Ademais, percebe-se que existiu uma maneira de diminuir os danos causados à *Comunidade*, no momento em que tal “presente” foi entregue à mesma, podendo ser demonstrado através do ato de “resguardar” e “valorizar” a cultura presente naquela localidade. Quando se fala de povos e aldeias indígenas no Vinhais Velho não se trata somente de uma cultura local, mas sim de toda a cidade de São Luís. Então, seria “ilustre” o Vinhais Velho demonstrar a presença dos povos Tupinambás no Maranhão através de artefatos arqueológicos. Portanto, para o Estado, pode-se dizer que, ainda que a Via expressa tenha demolido casas, dividido algumas famílias, aumentado o nível de periculosidade em acidentes de carro, separado a estrutura da *Comunidade* em duas partes, dificultado a ida de alguns moradores à Igreja de São João Batista, dentre tantos outros pontos negativos, ainda assim a entrega de um memorial (figuras 01 e 02) expositivo sobre artefatos arqueológicos naquela localidade, tenha sido algo benéfico.



Figura 01: placa de inauguração do Memorial.
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 02: Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho. **Fonte:** Acervo pessoal.

O memorial visto acima foi construído bem ao lado da Igreja de São João Batista, o que demonstra também uma interligação, tendo em vista que a Igreja de São João Batista também foi construída há muitos séculos (acredita-se que cerca de 400 anos atrás) e é considerada como Patrimônio Histórico Cultural e Imaterial da Humanidade.

À medida em que dei início a minha pesquisa de campo dentro do Programa em Cartografia Social e Política da Amazônia, alguns pontos me chamaram atenção, os quais serão ditos com mais ênfase posteriormente, no entanto, posso mencionar que a realidade da presença de um memorial para a *Comunidade* pode não ser algo tão significativo e romantizado, como muito é falado.

Em nova conversa com o secretário da paróquia de São João Batista, tive o esclarecimento de que não são todos da Comunidade que têm o interesse em conhecer a história deixada em seu lugar de moradia, ou seja, nem todos prestigiam a presença do memorial arqueológico que explana que aquele pedaço de terra já foi habitado por povos Tupinambás, estes que até mesmo não se sabe de seus paradeiros. Conforme o secretário Werb:

Olha, pelo que eu vejo, a *Comunidade* não se interessa muito em vir olhar o museu, ele fica aqui mais para ser visto como algo turístico, são as pessoas de fora que as vezes vêm conhecer um pouco da história da Comunidade, mas varia muito de tempo. Tem tempo que é mais frequentado e outros não. (Werb, 20/08/2020)

Desta forma, percebe-se que o olhar do secretário e sua percepção do que a *Comunidade* vê a respeito do memorial consiste em entender que as pessoas que são

moradoras de lá não tomam como primordial o fato de haver a “descrição” cultural dos povos Tupinambás. Ele entende que pessoas de fora são as que mais prestigiam a existência de um museu na *Comunidade*, as quais visitam e contemplam a história através das peças arqueológicas. Neste ponto, percebemos que existe uma diferença entre o memorial descrito e o Centro de Ciências e Saberes, que abordam uma arqueologia “viva”, que tem como um dos pontos principais a presença de povos e “comunidades” tradicionais como participantes e defensores de sua identidade, demonstrada assim através de ações e artefatos que fazem parte do seu cotidiano, não tendo estes relação com um colecionismo, catalogação de objetos, como bem é entendido por alguns cientistas e ideólogos ao se tratarem da organização de museus convencionais. (NUNES, 2017)

É válido pontuar que a *Comunidade* Vinhais Velho está inserida em uma “cultura” que já foi defendida por diferentes gerações, contudo, não se vê mais a presença e defesa da própria *Comunidade* quanto ao que está “resguardado” no memorial, principalmente dos mais jovens. Destaco também que não existem mais indígenas naquela região e que as práticas um dia já realizadas já não o são mais, porém ainda se realizam vários festejos que são organizados pelos fiéis que frequentam a Igreja de São João Batista. Um desses festejos é o derrubamento do mastro, no mês de janeiro.

2 ALGUMAS OPERAÇÕES TEÓRICAS CONCEITUAIS

Analisar as formas pelas quais se dão os processos de mudança em determinado lugar não é uma tarefa fácil, porém é através desta ação que se pode perceber as diversas maneiras em que o homem é capaz de transformar o meio em que vive, neste caso, o espaço em que o outro vive e constrói por um determinado período de tempo. Mas, a que custo vale adentrar em um ambiente “pertencente” ao outro? Em uma “comunidade” existe uma história, uma familiaridade, um sentimento de pertencimento e uma identidade construída pela trajetória de vida, pelos marcos que se dão ao longo do tempo e pelas relações de confiança que são estabelecidas. Podemos destacar a visão que Bauman (2003, p. 8) realça, quando trata de uma comunidade almejada, desejada. Para este, trata-se de uma visão que muitas vezes é atribuída ao se falar sobre essa palavra. Destaca:

Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir — mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem.

Nesta visão se verifica a existência das relações que são imaginadas dentro de uma “comunidade”, trata-se de uma “ilusão”, de algo fictício. Contudo, neste âmbito entende-se que o almejo das pessoas não é conviver de forma isolada, mas sim de uma maneira em que se sintam acolhidas, ademais, ainda que este seja um desejo ou pensamento longínquo, é através dele que os laços se formam.

Benedict Anderson (2008) trata de aspectos voltados a uma “comunidade” imaginada com base no nacionalismo, o qual proporciona aos “grupos” uma relação interligada por símbolos e signos. Não obstante, as relações culturais também fazem parte e dão sentido às “comunidades” imaginadas, no que tange ao pensamento religioso, pois, mesmo de distintas localidades, a nação passa a ser o centro das relações. Em contemporaneidade, as ligações religiosas, conforme Anderson, dão valor e voz às relações em “comunidade”.

Destarte, não é da atualidade que o cristianismo é a religião predominante no mundo todo e, conforme o nacionalismo, esta é a mediadora das “comunidades”, pois a

mesma independe de língua, vai para além de outros pontos culturais, sendo assim, o sacramentalismo dá voz ao imaginário.

Assim, percebe-se que, para se ter esse sentimento de pertencimento, busca-se uma forma que viver em proteção, no entanto, apesar desse pensamento entende-se que as mudanças inseridas em determinado lugar trazem uma insegurança e geram um sentimento de que pode está havendo uma desordem a ponto de desfazer o que já existia há muito tempo, ou seja, as relações estabelecidas e a “comunidade” imaginada. Há que se destacar que existem vozes com uma imposição de “domínio” sobre outras e isso gera mudanças, estas que, muitas vezes, trazem desordem, transformam uma sociedade e causam um desconforto. Douglas afirma:

Tal como a conhecemos, a impureza é essencialmente desordem. A impureza absoluta só existe aos olhos do observador. Se nos esquivamos dela, não é por causa de um medo covarde nem de um receio ou de um terror sagrado que sintamos. As ideias que temos da doença também não dão conta da variedade das nossas reações de purificação ou de evitamento da impureza. A impureza é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio. (DOUGLAS, 1976, p. 06)

Apesar desta obra da autora mencionada ser voltada a classificações religiosas, proponho nesta pesquisa uma reflexão e análise crítica sobre o que é considerado como “impuro” para os que se veem como “puros”. Para o Estado, há uma valorização frente ao que é simples e “neutro” dentro da sociedade? Eliminar a “desordem” para gerar conforto a outros, beneficiando-os com ações de Estado, servirá como alicerce para organizar o meio? Tratando-se de uma análise estatal, é “necessário”, portanto, eliminar qualquer tipo de impureza para que assim a “desordem” seja aniquilada e haja então uma harmonia no meio. Falar de impureza nos aspectos que envolvem uma “comunidade”, advém do pensamento de que a mesma é vista como a causadora de conflitos, pois com ela muitas ações e manifestações são realizadas em prol de uma vida digna e de qualidade, que é respaldada pela Declaração Universal de Direitos Humanos, Art. 1º.

Por isso, o processo de mudança que beneficia uma parcela da sociedade, resulta na exclusão do que o outro defende, neste caso, do que a “comunidade” vivencia, isto também é impureza, é desordem, visto pela forma com a qual a “comunidade” também pensa. Se por um lado um grupo é beneficiado, o outro não ver desta forma, mas é visto como um ato não honroso perante toda uma maneira na forma em que se vive (MOTTA; MUELLER; TORRES, 1997). O meio é visto então como o principal motivo de transformação, no qual o homem se faz presente para elevá-lo às suas necessidades e assim supri-las, fará isso pautado no que objetiva no dia a dia, em seu bem estar e garantia de conforto de acordo com sua

maneira de viver, nesse sentido, sua classe social. A partir de então percebe-se que o “crescimento”, além de outros motivos, parte de um interesse social e estar interligado à ideia de desenvolvimento para uma sociedade, como afirma Mandarola et al:

A ideia de crescimento é comumente associada à ideia de desenvolvimento, estando ambas relacionadas à evolução positiva. Parte do embate ambiental tem sido questionar tal associação direta, mostrando que nem todo desenvolvimento é positivo, o que não raro tem sido feito destacando-se os efeitos negativos do crescimento sem limites. (2013, p. 36)

Ademais, os efeitos negativos, os conflitos e transformações ocorrem principalmente em lugares menores, como defende Mandarola et al (2013), por estes terem uma concentração maior do que nas metrópoles, megacidades que são mais extensas.

Destaco que no período em que se construía a Via Expressa, muitos movimentos foram realizados (figuras 03 e 04) para que o ato tivesse um novo projeto, onde não passasse pelo Vinhais Velho. Os agentes sociais juntamente com historiadores, políticos conhecedores da história de *Uçaguaba* – nome dado à aldeia de índios Tupinambás no local que hoje fica o Vinhais Velho – arqueólogos, se reuniram no intuito de manifestar suas opiniões e insatisfações pelo que estaria prestes a acontecer.



Figura 03: moradores do Vinhais Velho Organizam resistência contra a Via Expressa. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 04: Obras da Via Expressa são paralisadas temporariamente. **Fonte:** Acervo pessoal.

As imagens expostas acima retratam de forma sintética recortes de jornais e blogs que abordaram o caso da *Comunidade* Vinhais Velho no período de implantação do

megaempreendimento em parte da sua localização. Esta, insatisfeita com as mudanças em sua estrutura física, bem como com o encontro de forma brusca com os artefatos arqueológicos presentes na mesma, que foram encontrados no decorrer do processo de escavação, realizou tais manifestações, além das mencionadas acima.

A insatisfação da *Comunidade* foi para além do possível “benefício” que a Viaria traria para a elite da capital de São Luís, esta que trafega diariamente pelas avenidas demarcadas no projeto, ou seja, as Avenidas Carlos Cunha, Daniel de La Touche e Jerônimo de Albuquerque.

As manifestações não ficaram somente dentro da *Comunidade*, mas percebe-se que, além de um envolvimento maior por parte de profissionais da educação e de alguns políticos, houve uma exposição de uma identidade existente, e da personalidade do lugar em que aconteceram tais conflitos. Desta forma, é importante ressaltar o que Hall (2006) realça quanto às definições das diversas personalidades e, deste modo, faz-se referência ao Sujeito Sociológico existindo também o Sujeito do Iluminismo e o Pós-moderno⁵ os quais referenciam a identidade humana. Contudo, enfatizo que o sujeito sociológico, relacionado às identidades culturais, quando há uma internalização dos significados e valores, pois torna-se como parte do indivíduo, faz parte da estabilidade dos sujeitos para com as culturas vigentes em um lugar. Por isso, a formação de uma sociedade está pautada no que a mesma constrói e vive através de uma caminhada histórica e de valores, costumes, além também do ambiente natural.

Partindo desse sentido, entende-se que o desenvolvimento de cidades está atrelado a processos de crescimento e que se faz necessária uma contextualização sucinta sobre estas. Entende-se que a cidade é um cumulativo de ações humanas e, nesse caso, é um produto histórico-social, a qual traz uma série de fatores passados que podem interferir nas ações futuras. Sendo assim, a finalidade desta definição de cidade advém de uma construção histórica e refere-se à realização da vida do homem na sociedade. Com base nisso, Carlos afirma:

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos

⁵ O Sujeito do Iluminismo era caracterizado, no que consiste à sua identidade, em um indivíduo voltado para si, para o seu ego, datado de capacidades advindas da razão, sendo assim, sua identidade era formada antes mesmo de sua existência. Assim aponta HALL (2006). Logo, o sujeito Pós-moderno não possui uma identidade fixa, sendo sempre transformada e/ ou modificada devido a fatores que circulam em torno de uma cultura.

coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. (CARLOS, 2007, p. 11)

A cidade é uma ação cultural, histórica e que advém das “necessidades” humanas. Percebe-se que o lugar, o espaço onde o ser humano está inserido, faz parte de sua identidade, pois este é a base de reprodução da vida e traz a certos espaços pessoais um marco que a caracteriza, logo, a cidade é um dos pontos que revela o plano de vida do indivíduo. As relações mantidas no espaço pelo que é sentido, pensado, apropriado, fazem com que haja uma intrínseca relação entre os habitantes de determinada área. (CARLOS, 2007)

Mas, por qual motivo abordar as questões de cidade em meio aos conflitos no que condiz ao crescimento acelerado da mesma? Há um histórico sobre esse aspecto, o que nos faz compreender que ações de infraestrutura são para que as pessoas tenham uma forma de viver pautada no urbano e que tudo teve início com o êxodo rural, para que o que não fosse encontrado nas áreas rurais, fosse localizado nas grandes cidades. Ademais, como afirma Raquel Rolnik a respeito de cidades:

O espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo. (ROLNIK, 1988, p. 03)

A cidade, partindo deste ponto, é entendida como um espaço urbano predominante, pois este se insere em locais “naturais”, deixando a paisagem ou qualquer conhecimento que se tem de rural, ou natural, para trocar por espaços advindos da industrialização. A isso, se atrelam o desenvolvimento desordenado da cidade, o crescimento urbano, tendo em vista a busca por “qualidade de vida”, a desordem imobiliária, bem como a perda da fauna e flora e tantos outros pontos que podem ser destacados para que se compreenda os prós e contras do espaço urbano que, em suma, está restrito à predominância sobre o campo.

O crescimento desordenado da urbanização no Brasil foi intensificado em 1950 (MARTINS, 2012), vindo dos avanços tecnológicos na agricultura, nos quais a partir disso houve o êxodo rural. As Políticas Públicas, a partir desta década, não foram suficientes para amenizar o problema urbano, trazendo vários conflitos sociais, políticos, ambientais, culturais, dentre outros (SERPA, 2007; PEQUENO, 2008 apud MARTINS, 2012). Outro ponto advém do crescimento da população que, de alguma forma, interfere na estrutura organizada de uma

cidade e traz consigo conflitos urbanos, atrelados a propostas que se aplicam à qualidade de vida social dos indivíduos, pois, quanto maior a população, maior é a visão de crescimento. Deste modo, alguns aspectos passam a serem levantados, como moradia, saúde, educação, lazer, dentre outros, mas cabe aqui ser salientada a facilidade de vida em que a organização de uma Cidade e/ ou Estado realiza quando se fala sobre amenizar os problemas de âmbito urbano, então projetam-se planos de infraestrutura para atender à população.

Pautado no que ocorre nas cidades com referência a esses projetos, verifica-se que em São Luís - MA, aspectos como esses não são diferentes, onde são analisados também, e, de alguma forma, definidos como sendo para interesses econômicos, que na verdade, em sua maioria, são causadores de uma série de desordens. Assim:

A compreensão do “desenvolvimento” e crescimento urbano de São Luís dá-se a partir do entendimento das aplicações dos grandes projetos tecnológicos e industriais implementados no Maranhão. As implantações destes projetos se deram e ainda se dão a partir de um conjunto de interesses econômicos que ditam as regras de construção do espaço urbano na capital maranhense, de acordo com a lógica mais interessante para o mercado, acarretando entre outros problemas, as dificuldades de habitação, assim como uma desagregação social e cultural. (MENDES; SANTOS, 2005, p. 4)

É interessante compreender que esse desenvolvimento ocorrido em São Luís, com base nos aspectos urbanos, trouxe em si uma série de fatores que geraram problemas com relação à segregação socioespacial, mas esses pontos serão levantados em outro momento, em outra pesquisa. No entanto, percebe-se logo que, quando se fala em expansão urbana, um conjunto de interesses econômicos está atrelado a essas ampliações.

A partir das mudanças ocorridas em meados de 1970, a industrialização serviu como ponto de partida para que todas as esferas tomassem um rumo mais amplo, na qual houve geração de emprego e exploração de algumas áreas para que assim houvesse uma correspondência quanto às maneiras em que a cidade se expandia, tratando-se desse modo da implantação de empresas, geradoras de grandes negócios, porém vale adentrar aqui no caso da construção na cidade de São Luís, das pontes, vias e estradas que dão acesso de uma parte a outra. Nesse caso, Ribeiro Junior (2001, p. 104) aponta que

Obras de infraestrutura urbana trataram de fazer ressurgir um cenário econômico mais otimista. Desponta a indústria de construção civil como base da mudança. Obras como: porto do Itaqui; Anel Viário; ponte José Sarney; barragem sobre o rio Bacanga; substituição da velha rede de esgoto do Centro da Cidade, remanescente da longínqua década de 1920; av. Médici (hoje Africanos); ponte Bandeira Tribuzzi, a 3ª ponte sobre o rio Anil, obra iniciada em 1974 e somente concluída em 1980; aterramento da Ponta D’Areia, ligando o bairro do São Francisco à praia que leva

aquele nome, transpondo o “igarapé” da Jansen; pavimentação da área litorânea – Calhau, Ponta D’Areia e Olho D’Água, ligando essas áreas a certos bairros da cidade, periféricos ou centrais; e construção de inúmeros conjuntos habitacionais; fizeram da década de 70, um período de fomento e expansão da construção civil em São Luís.

Foi a partir desse período que a Cidade de São Luís passou por uma transformação de natureza urbana, em que se visava à melhoria nas empresas, da mão de obra nas indústrias e o uso de máquinas, no trabalho realizado pelas firmas e, nesse caso, a construção civil serviu em suma para atender às necessidades econômicas da sociedade.

É importante destacar que o planejamento urbano, pautado no Plano Diretor de São Luís - MA, com o objetivo de gerir e reproduzir um espaço de qualidade para a cidade, bem como às populações, passou por uma série de indagações quanto ao que seria aplicado desde o Plano de 2006 até o de 2019. Tendo seus diversos artigos a serem aplicados, o Plano deixa a desejar nas áreas rurais, sendo estas assim suprimidas para atenderem aos interesses sociais urbanos. O professor Luiz Eduardo Neves dos Santos, sendo este estudioso nato de uma Geografia voltada à cidade, a planejamentos urbanos, contesta a “atualização” desses dois últimos Planos citados, no qual expõe:

O elemento novo na proposta é o mapa da delimitação urbano-rural, com a supressão de 41% da Zona Rural sem apresentação de estudos técnicos consistentes, utilizando uma metodologia frágil, baseada essencialmente em imagens de satélite e fotografias aéreas de 2009. Os instrumentos de natureza técnico-científica, que consistem nos referenciais metodológicos de coleta, tratamento e interpretação de dados deixam a desejar na proposta, já que o diagnóstico dos problemas, os aspectos quantitativos, qualitativos e de localização social e espacial carecem de análise empírica do território, passível de ser transformado em zona urbana, que por sua vez apresenta características de ocupação espontânea recente, sem possuir o mínimo de infraestrutura. (SANTOS, 2021, p. 218)

Percebe-se então que as propostas do Plano Diretor da cidade de São Luís têm uma influência de forma a defender o crescimento urbano e sua infraestrutura, realçando assim um ambiente voltado para a diminuição das áreas rurais, mas que, em seu texto, são descritas medidas que devem defender as mesmas. Tende também a assegurar uma condição socioambiental para áreas que tenham sido atingidas por investimentos públicos e privados. Ademais, é informado que as sociedades que tenham sido afetadas pelo crescimento imobiliário sejam resguardadas, tendo em vista as “comunidades” centenárias, bem como os lugares “vulneráveis”.

Apesar desse “aparato” em leis sobre uma possível defesa aos ambientes rurais, o que se percebe é o crescimento urbano de forma a não tomar como primordial espaços vividos

por pessoas que têm como fonte de vida os recursos naturais, sendo estes os que mantêm a qualidade de vida de uma certa “comunidade”. É o que se percebe quando há inserção de megaempreendimentos para “melhoria” de vida de um determinado grupo.

A partir de então, com o desenvolvimento das cidades, percebe-se que existe uma relação entre os que estão a favor de tal ação e os que estão a se indagar o porquê de tudo acontecer tão repentinamente e, muitas vezes, sem um devido planejamento. É nesse momento que o outro é colocado em questão. Mas, quem é o “outro”, para o Estado? A que ponto um megaempreendimento é embargado por conta de vivências já construídas? Relações em comunidade, identidades formadas, são uns dos pontos que não são colocados em questão quando se trata de crescimento econômico para uma cidade.

Tomando como ponto de análise a *Comunidade* Vinhais Velho e em especial a construção da Via Expressa em São Luís - MA compreende-se que o fator que trata da expansão urbana através de megaempreendimentos traz consigo várias visões de diferentes ângulos sobre o que pode ser benefício ou não para parcelas de sociedades. Como visto anteriormente, desde o momento em que o desenvolvimento urbano se deu na capital do Maranhão, diversos acontecimentos vieram à tona, principalmente no que tange à impactos socioambientais, mudanças na vida humana, bem como na social e ambiental passaram a serem motivos de estudo por diversas áreas da ciência.

A partir de então analisa-se o que é bom para o homem e o que não é, ademais de que forma o Estado pode “beneficiar” determinada “comunidade” inserindo suas mudanças e por outro lado maquiando suas ações. Uma análise sobre o “outro” se faz necessária neste momento.

2.1 Uma análise sobre a classificação da expressão “outros”

Como descrito por Carneiro da Cunha (2009), a manutenção da tradição não se pauta na repetição do passado, mas em sua reapropriação e adaptação ao presente. Me proponho, neste momento, a analisar a inserção/classificação do “outro” em determinados espaços. A priori, tenho o intuito de expor a arqueologia como uma forma de caracterizar povos e “comunidades” tradicionais, tendo em vista o estudo presente sobre a *Comunidade* Vinhais Velho. Ademais, tomo como ponto chave a afirmação feita pelo autor mencionado acima, na qual este frisa que a arqueologia é um meio de “conhecer” o “outro”, mas não em

tradições passadas e sim em uma relação contínua, ou seja, está relacionado ao presente, ao que se vive hoje.

Outro ponto a se destacar é que esta pesquisa toma como almejo a descrição de museus vivos, mas que, depois da percepção da pesquisadora, ao ir a campo, sobre o Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho, entende-se que há uma relação com um museu clássico, não sendo este último meu intuito de estudo aqui. Tomo como primordial uma descrição voltada a museus como forma de encontrar a presença do “outro”, da *Comunidade*, de compreendê-la, não somente através dos achados arqueológicos, mas também de seus costumes, voltados a aspectos sociais, religiosos, relações de vizinhança, dentre outros.

Nesta arquivologia, no entanto, percebe-se a presença do querer descobrir e entender a forma de vida do “outro”, como este era classificado e suas maneiras de agir em séculos passados. Na exposição de peças arqueológicas, quando trata-se de museus, tem-se o interesse em compreender e analisar de que maneira identidades eram formadas, memórias, saberes, culturas, nas quais, na visão clássica sobre museus, estão pautadas na vivência em gerações passadas. A visão sobre o “outro” passa a ser a ênfase na tentativa de descoberta sobre o que um dia “já foi”. Perante isto, cabe aqui mencionar o que a Antropologia aborda sobre o significado da expressão “outros”, como aponta o antropólogo Almeida (2017, p. 48): “o significado da categoria ‘outros’ abrange todos os povos enquadráveis sob uma classificação genérica de ‘primitivismo’ ou sob o conceito metafísico de origem e os correspondentes ‘períodos de selvageria e de barbárie’.”

Em minhas palavras, verifica-se que a classificação “outros” corresponde ao que é “diferente”, “estranho”, “exótico”. Trata-se de uma análise capitalista, estatutária voltada para conceituar⁶ e “expor” o modo de vida em que os “outros” viviam. O marco da colonização desponta de um período em que os europeus tiveram uma influência hierarquizada sobre os “nativos”, o qual mudanças foram impostas em toda uma forma de viver, em sua religião, cultura, no fato de haver “condenação” ao que era “demonizado” e, como se não bastasse, essa hierarquia ainda é vista hoje, de certa forma, como louvável, talvez não no sentido literal, mas na valorização presente ao ato colonizador desde os livros didáticos de

⁶ Como destaca o Antropólogo Alfredo Wagner (2008), ao fazer uma abordagem sobre degradação ambiental, na qual expõe a visão de alguns estudiosos, sendo estes agrônomos, biólogos, ecólogos e engenheiros florestais; conceituar não consiste em definir, não é um termo dicionarizado e tem uma relação maior com ser um instrumento de análise. A definição de degradação consistir em definição, na perda de algo, como o solo, assoreamento, destruição de coberturas vegetais é colocada de forma equivocada, pois a dinamicidade de conceituar não deve ser taxada como algo frigorificado.

história/geografia/arte, até às exposições em museus que abordam todo um conjunto de aspectos que hoje fazem parte de uma cultura existente, no que se trata da língua, festejos, alimentos, crenças e uma variedade de marcos que tiveram como mentores a cultura europeia e o que esta realizou ao colonizar o “nativo”.

Um exemplo da influência do período colonial sobre a museificação consiste na análise de Benedict Anderson, em sua abordagem sobre censo, mapa e museu, mas aqui, especificamente, museu. O autor faz uma análise sobre a quantidade de museus no sudeste asiático e aponta que a museologia é algo político. Isso se deu a partir do eclipse dos regimes coloniais e ao surgimento da verdadeira colônia moderna ligada diretamente às grandes metrópoles. Os estados pós-independência mostravam uma grande ligação com seus antecessores coloniais e, não somente a “elite”, mas toda a população “nativa” levava em consideração como uma forma política de defender e expressar seus modos religiosos e culturais. Exposições em escolas, para que os alunos pudessem ter tal aprofundamento, eram de certa forma colocadas. (ANDERSON, 2008, p. 253)

Através dos aspectos advindos da colonização é que o “outro” tem suas marcas, sendo colonizado pelo que é “ilustre”, pela elite. Este é o que se distingue em suas diversas maneiras de viver. O marco de ter sua cultura sendo “extinta”, abolida, trocada, é fortemente ligado aos aspectos coloniais. Descolonizar os indígenas gerou uma série de transformação em toda a história que hoje conhecemos. Não é da atualidade o percebimento de que relações humanas, por conta de classes, “raças”, “espécies”, são desiguais. A cultura indígena foi muito marcada pela descolonização e a respeito disso, podemos perceber a violência exercida através de tal ato.

Desta forma, percebemos que a descolonização foi e é um processo muito doloroso, existe sempre um poder exercido pelo colonizador que traz ao colonizado as mudanças que “devem” ser pertinentes a partir de então. Transforma-se esse homem, para servir como outro, para ser diferente de suas origens e culturas, ou seja, é a criação de uma nova humanidade, de um novo homem, caracterizado pela escravidão.

Essa categoria aqui mencionada sobre o outro é o que o “distingue” das altas classes sociais.

A respeito da colonização, aborda Balandier, em seus escritos sobre a noção de uma situação colonial, sobre uma visão advinda de um historiador, sociólogo, políticos, mas, vale ressaltar, a influência que tem um historiador ao tratar do colonizado e de uma nação

colonial, quando se trata de aspectos econômicos. Este, por sua vez, aponta o colonizado em paralelo à esta nação como inferior à raça branca, assim aponta:

O historiador nos recorda como as sociedades coloniais atuais são o produto de uma história dupla; assim, no caso da África, uma propriamente africana – “estas sociedades, tão estáveis, tão imóveis aparentemente, resultaram todas, ou quase todas, da combinação variável dos povos diversos que a história chocou, confundiu, subjugou” – que “colocou (em relação de dominação ou de assimilação) diante de formas sociais homogêneas”, e a outra largamente condicionada pela dominação europeia “que colocou em contato formas sociais radicalmente heterogêneas” e manifesta um movimento de “desintegração” – “três forças desintegraram a África”, escreve Ch. A. Julien, “a administração, as missões, a nova economia”. BALANDIER (2014, p.38)

Assim, é possível perceber que as sociedades coloniais são frutos de relações confusas, que trazem consigo uma maneira de viver à margem do que se é de direito. Povos que vieram da África aos países colonizados, foram fortemente obrigados a servirem outros, pautados em aspectos primordialmente econômico e egocêntrico.

3 COMUNIDADE VINHAIS VELHO: um marco em sua história

O primeiro encontro dos europeus com os povos Tupinambás na Ilha do Maranhão, sendo este registrado em livros sobre missões de padres capuchinhos em São Luís – MA, se faz necessário para ser descrito neste capítulo. Estes fizeram relatos a respeito de como os povos Tupinambás eram percebidos, em suas características físicas e comportamentais. Contudo, a que se destacar que tais relatos advém das visões do colonizador sobre o colonizado, deixando assim subtendida a visão dos povos Tupinambás. Tal abordagem, no entanto, é realizada para que haja compreensão do porque da construção do Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho, inaugurado em dezembro de 2014.

A decisão de iniciar este estudo por um viés arqueológico consiste em fazer um levantamento escrito de como ocorreu a historicidade da *Comunidade* Vinhais Velho, seu marco cultural e sua influência em São Luís - MA.

Adentrar e conhecer a *Comunidade* se faz necessário para a compreensão de como esta tem vivido e enxergado sua presença na capital do Maranhão. O Vinhais Velho é conhecido como uma *Comunidade* que está pautada em uma “arqueologia”, pois parte do período em que houve a colonização em São Luís. Tal trajetória é marcada por embates, diferenças e desconstruções impostas pela relação colonizador e colonizado, a qual será discutida mais adiante.

A *Comunidade* Vinhais Velho está localizada próxima ao bairro Recanto dos Vinhais em São Luís - MA. Seu contingente populacional está em torno de 3.500 pessoas, sendo 600 famílias (Oswaldo, 2012). Sua trajetória condiz a pelo menos 2.600 a 3.000 anos atrás e foi modificada a partir de quando Daniel de La Touche obteve autorização da coroa francesa para fundar a França equinocial em São Luís - MA. As primeiras explorações em terras maranhenses datam de 1524. No entanto, foi em 06 de agosto de 1612 que a comitiva francesa desembarcou em porto de Javirée, a também conhecida como Ilha dos Tupinambás. (BANDEIRA, 2013)

Convém destacar que um apanhado histórico o qual mencionará a trajetória e relação dos franceses para com os povos indígenas, se faz necessário, pois busca-se analisar, pelo menos de forma um pouco superficial e sintética, a maneira pela qual os índios lidavam com questões culturais. Ademais, os relatos dos padres capuchinhos e de qualquer outro europeu que visitou o Maranhão em séculos passados, são os meios que nos fazem chegar até tais povos, além, sem dúvida, dos objetos encontrados através de atividades arqueológicas,

deixando, no entanto, subentendida suas falas e jeitos. Contudo, volto a frisar que os relatos em tais livros históricos não são precisos quanto ao que de fato tal relação – europeu e índio – resultou.

Tratando-se da visita dos povos europeus ao Maranhão, Daniel de La Touche, Francisco de Rasilly e Barão de Sancy saíram em uma expedição a qual lideravam para conhecerem e fundarem a França Equinocial na Ilha Grande, a Ilha do Maranhão.

Em uma colina foram construídas uma capela e uma casa para residência dos franceses, sendo aberta uma praça e a construção de um barraco, que recebeu um altar portátil. Em 12 de agosto de 1612 foi rezada a primeira missa do Maranhão. Este lugar é oficialmente reconhecido como núcleo fundacional de São Luís, onde foi construído um Forte e existe hoje o Palácio dos Leões. (BANDEIRA, 2013, p. 24)

Menciona-se que tais construções foram realizadas pelos índios, que passaram a conviver com frequência com os europeus. A autorização de líderes tribais deu aos franceses respaldo para conhecerem e explorarem outras regiões da Ilha de São Luís.

Esse período foi marcado por uma intensa procura por relações com povos que nesse lugar já habitavam. Contudo, sabe-se que uma relação conturbada de autoritarismo e sujeição era o interesse dos colonizadores, que buscavam impor suas leis e tinham o intuito de escravizarem tais povos, tendo como principal objetivo usufruir das riquezas da Ilha do Maranhão, bem como a fundação de um sistema europeu, voltado para seus costumes e vivências.

Os padres Capuchinhos na Ilha de São Luís detalham as formas pelas quais os índios eram vistos, como estes se portavam, suas tradições e culturas e, não obstante, suas relações para com os europeus. D'Abbeville aponta em sua obra, sobre a missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão, a relação posterior à dos franceses, neste caso dos portugueses, em outras terras do Brasil com os Tupinambás, povos que vieram a residir após um longo período de embates contra os europeus, destaca ainda que foi por conta desses conflitos que esses povos indígenas vieram para o Maranhão, a fim de encontrarem refúgio e veneração. Assim:

Apoderando-se os portugueses desse lugar, quiseram também sujeitá-lo às suas leis, porém, os Tupinambás, livres por natureza e inimigos de sujeição, preferiram deixar e abandonar sua terra, antes do que se entregarem a sujeitarem-se a eles, e assim o fizeram, embrenhando-se nos matos e no mais recôndito das florestas. [...] Seguiram alguns para a Ilha Grande do Maranhão, julgando-a lugar forte e seguro, feito assim por Deus desde o princípio do mundo para livrá-los da perseguição de seus inimigos, e do diabo, buscando por esta forma salvar esta nação e querendo ser servido,

adorado e glorificado entre esses bárbaros, que se converteriam antes do fim do mundo por meio das prédicas do Evangelho. Tiveram estes o nome de Maranhã euguare, “habitantes do Maranhão”. (2002, p. 250/251)

Desta forma, percebe-se que todo tipo de relação de poder sobre os povos Tupinambás era presente consoante ao que os europeus tinham como intuito em fazer no Brasil. Os povos Tupinambás tiveram suas características descritas pelos padres como povos fortes e alegres e não carregavam consigo qualquer tipo de doença ou deficiência, sendo estes saudáveis e de boa qualidade de vida, até mais do que os europeus. Estes, desta forma, se deslocaram para o Maranhão na intenção de não se sujeitarem ao que, para eles, era inferior e que, portanto, não seria influente em sua cultura, pois esta já estava consolidada e estabelecida entre os povos indígenas.

D’Abbeville aponta em sua obra uma trajetória realizada pelos franceses com a “ajuda” dos índios pela cidade de São Luís, especificamente sobre as aldeias indígenas. Destaca que, de canoa, faziam tal percurso sobre a ilha, passando assim por várias aldeias. Menciona também o fato de que os índios os aguardavam com muita alegria e satisfação, no entanto, como destacado anteriormente, não há como saber de fato as marcas dessa relação.

Durante a trajetória dos franceses pela capital do Maranhão, houve um momento em que estes se deslocaram à conhecer a aldeia de Eussauap, atual Vinhais Velho. Utilizaram de uma canoa para terem acesso aos diferentes lugares. Tal momento, como aponta o padre D’Abbeville, foi marcado por interesse de ambas as partes e, a partir do encontro das duas culturas e realidades, foi realizada a construção de uma capela que pudesse ter a crença/religião dos padres expressada. Desta forma:

Esperando os moradores desta aldeia, que um de nós ahi ficasse com elles, edificaram no meio da praça, que havia entre duas casas, uma bonita capella com um altar bem asseiado. Tinham também construído uma grande Cruz para plantal-a na frente da Capella, como fizemos em Juniparan, e achavam-se todos bem dispostos a receberem o baptismo graças aos esforços do Sr. de Pezieux, extremamente dedicado pela salvação destes pobres índios. (D’ABEVILLE, 1874, p. 169)

O momento refere-se à segunda capela em que seriam realizadas missas de agradecimento e devoção pela “conquista” e inserção na cidade de Upaon-Açu, através destas os padres teriam mais propriedade para batizarem os povos indígenas e aplicarem assim seus costumes religiosos. Contudo, a construção e o levantamento de um forte na aldeia de Uçaguaba passou a ser vista por um dos índios anciãos, o senhor Mamboré Uaçau, de 180 anos, como um motivo de os franceses se apossarem de seus espaços. Tendo em vista o que

ocorreu em Pernambuco com relação aos Peros, que tomaram suas filhas e escravizaram os povos ali existentes e fizeram com que estes fossem embora, como fugitivos, de seus próprios espaços de moradia. Percebeu-se então muita semelhança nas atitudes dos franceses para com os tupinambás que, da mesma forma que os Peros agiram, os quais estes tomavam suas filhas, não tinham a intenção de casarem com elas.

Nesse tempo não fallastes em vir morar aqui, e apenas vos contentáveis de vir aqui uma só vez por ano, e demorar-vos somente quatro ou cinco luas, regressando ao vosso paiz com os nossos generos para em troca trazerdes os de que necessitávamos. Agora para morardes aqui nos aconselhaes para fazer fortalezas, dizendo, ser para defendermos-nos de nossos inimigos e para isso trouxestes-nos um Burunichau e Padres. É verdade, que estamos contentes, porem os Peros fizeram o mesmo. Depois da chegada dos Padres, plantastes a Cruz, como os Peros, como elles começastes á instruil-o e baptisal-os, e como elles ainda dizeis não poderdes possuir nossas filhas senão em casamento, e depois ele baptisal-as. A principio Como os Peros não quizestes escravos, agora pedis e quereis possuill-os como elles. Não creio que tenhaes os mesmos projectos dos Peros, e nem receio isto, porque já sou velho e nada mais temo porem conto ingenuamente o que vi. (D'ABEVILLE, 1874, p. 172).

O Tupinambá, contudo, foi menosprezado, tendo sido visto como influenciado pelo maligno por ter uma atitude de se pronunciar de forma a ver os franceses como pessoas que só buscavam seus próprios interesses e, através disso, poderiam maltratá-los com a escravidão. É através dessa fala que se percebe uma relação conturbada de medo e insegurança e que o poder da elite poderia ser capaz de transformar e confundir a realidade daquelas pessoas.

No entanto, o pronunciamento posterior do Sr. Des-Vaux fez com que a fala do ancião indígena fosse confundida, apesar de que os povos foram influenciados pelo mesmo, deixando assim os franceses insatisfeitos por já terem uma relação com o Maranhão de pelo menos quarenta a cinquenta anos. Menciona-se, portanto, que foram eles que defenderam os povos indígenas de diversas situações conflituosas e, com suas armas de guerras, se dispuseram a combater com os Peros para assim possuírem as terras.

Durante tais acontecimentos, a presença do senhor David Migan, também conhecido como jovem francês morador da aldeia indígena há pelo menos 50 anos e que era um tradutor entre os europeus franceses e os Tupinambás, se pronunciou a defender os povos indígenas que, apesar de serem vistos com maus olhos, já tinham presenciado e passado por momentos turbulentos, tendo sido tomados como escravos e seu receio em dar um voto de confiança estava para além disso. Esta foi sua fala:

Por ventura já vistes, disse-lhe Migan, grandes Bruuichaués, e valentes eguerreiros, como vês agora? Eles estão acostumados a mandar e serem servidos: não sabem negociar e nem cuidar de mercadorias: possuem na sua terra muita fortuna, e não fazem outra coisa senão ir para a guerra. Deixando agora a França e todas as suas commodidades para virem residir em nossa terra, defender tua nação de seus inimigos, e viver entre vis como bons amigos, como querer que eles passem a ser escravos para tractar de roças, e fazer tudo quanto lhes é necessário? Não vos admireis pois que elles agora peçam escravos, quando os outros não quizeram. (D'ABEVILLE, 1874, p. 175)

Percebe-se então que a visão dos povos Tupinambás, ao encontrarem com padres franceses foi de medo e desconfiança, frente ao que já tinham passado em outros anos. Ademais, para eles, somente uma relação de interesse seria colocada naquele momento, para que assim pudessem usufruir de suas forças braçais.

D'Abbeville (1874) ainda destaca a satisfação dos índios para com o que foi dito por Migan e que isto sobressaia ao que o indígena ancião já havia defendido anteriormente. É válido ressaltar neste momento que tais relatos feitos por europeus, tomam como base uma relação cordial e cheia de afeto, contudo não há de fato como sabermos, tendo em vista a ausência de relatos dos Tupinambás. Povos estes que deixaram uma incógnita aos pesquisadores, que não sabem se foram extintos ou se espalharam para outras aldeias, com outras características. (SILVA, 2015)

É, contudo percebido que houveram momentos em que os povos Tupinambás migraram para diversas regiões do Brasil, características do nomadismo, e que alguns foram do Sul para o norte das Américas e vice versa. Tais momentos serviram para que sua identidade tivesse uma dinamicidade e uma cultura voltada ao sedentarismo, tendo em vista que agora o deslocamento para outros lugares era feito com menos frequência. Ademais, através dessas migrações, foi nas faixas litorâneas que os povos Tupinambás se “fincaram”, mas sempre em busca de sua subsistência.

Desta forma, pode-se ter como destaque esse momento vivido pelos franceses quando chegaram ao Maranhão, ao se depararem com os índios. E, este breve relato da vivência europeia com a indígena, está justamente para destacar uma relação de dominância, pautada no homem colonizador, ao adentrar em um ambiente já habitado e impondo seus costumes, crenças e regras, como verdades absolutas, menosprezando assim o que já era realizado pelos povos Tupinambás.

A descrição acima mencionada nos traz à lembrança de que há uma distinção gritante entre colonizador e o colonizado. Para Fanon (1968) essa relação de dominância é uma espécie de criação de homens novos, cheios de imposições do colono, este que é o ser

“superior”, que possui riquezas em seus bens materiais, no vestir, no andar da carruagem, nas ruas em asfaltos, nas ruas iluminadas e na “ilustre” forma de se apresentar ao outro, em cada detalhe e com seus meios capitalistas de consumo. São estes, os brancos, que se acham no poder. Estes mesmos que, em muitos anos, fizeram suas vidas sobressaírem às demais.

E o colonizado? É aquele que não tem uma moradia como à dos brancos, que vive com suas casas umas em cima das outras, que não têm iluminação pública próxima às suas moradias. Trata-se de viver e a qualquer momento morrer, pela sujeição que se deve ao colono e, também, por não possuir a mesma qualidade de vida que o colono possui. (FANON, 1968)

Há estudos que apontam para uma situação colonial que foi pautada em interesses econômicos, e não há de fato como descartar esta hipótese, tendo em vista a existência de buscas por matérias primas, por exemplo, bem como do comércio de exportação e importação e da exploração em grande escala, no que tange aos produtos naturais nas “colônias”, assim como a utilização da mão de obra indígena e africana. (BALANDIER, 2014)

Por longos anos vemos índios serem tratados como uma espécie distinta à dos brancos, não diferente ao que ocorreu com os negros que, de forma covarde e violenta, foram tirados de suas nações e continente para serem utilizados como mercadoria, a fim de suprirem as necessidades de pessoas que se achavam “superiores” a eles, com seus trabalhos braçais. Desta forma, é que se percebe que não há como falar de povos indígenas, os quais são responsáveis por boa parte da cultura brasileira, e não falar dos negros, escravizados injustamente, mortos em lugares insalubres, que carregaram em seus ombros a dor da injustiça. Ademais, falar desses povos nos lembra que a descolonização ainda é um aspecto existente, que requer uma série de mudanças nas mentes humanas.

Falar sobre sociedades colonizadas enquanto minorias, segundo Balandier, não se remete somente a fatos numéricos no sentido literal, pois, neste caso, a maioria numérica são os povos colonizados, o colonizador, voltado a uma minoria europeia, é quem tem o poder de agir sobre povos e “raças”. Trata-se de uma visão desproporcional, pois o colonizador sempre vem em menor quantidade, enquanto que o colonizado é a grande maioria. O que se verifica então são relações de subordinação social, política e econômica.

O padre francês, o qual descreve como foi sua estadia e dos companheiros no Maranhão, aponta para uma relação de harmonia e cordialidade, mesmo com os discursos levantados sobre o desapontamento dos índios para com o fato de que os franceses estavam somente com interesses em possuírem suas terras e escravizá-los. Posteriormente percebemos

que de fato os europeus caracterizavam os índios como povos praticantes da barbárie, onde os mesmos criticavam as formas pelas quais esses povos exerciam poder, ao irem de encontro com pessoas até do mesmo meio, povos vizinhos e tribos diferentes. Deste modo, D'Abbevillle (1874, p. 335) declara com suas palavras a respeito das práticas indígenas cruéis:

Não julgo haver debaixo do céu nação mais bárbara e cruel do que os índios do Maranhão e suas circunvizinhanças. Haverá porventura maior crueldade do que matar e estraçalhar, a sangue frio e com alegria, seus inimigos? Haverá porventura maior crueldade, e como tal sempre aborrecida por todas as nações bárbaras, qual a de distribuir sangue humano por entre os convivas? Haverá maior barbaridade do que estar sempre irritado contra os seus vizinhos, e não contentar-se só em guerreá-los sanguinolentamente, mas também, para extinguir-lhes a raça, comer, até vomitar, a carne de seus inimigos? Oh! Crueldade barbaríssima! Oh! Barbaridade crudelíssima! [...] Não fazem guerra para conservar ou estender os limites do seu país, enriquecerem-se dos despojos e roubos dos seus inimigos, e sim por honra e vingança somente. Quando julgam-se ofendidos pelas outras nações, próximas ou remotas, ou quando se recordam que seus parentes e amigos foram aprisionados e comidos noutro tempo por seus inimigos, animam-se uns aos outros para fazerem guerra, e assim vingarem a morte de seus semelhantes.

Os franceses associam esse fato em que os índios eram cruéis e bárbaros por estes não mostrarem um pouco de compaixão para com outras populações. Estes comiam a própria carne dos seus inimigos e eram vistos como os povos mais vingativos que já foram conhecidos.

Percebe-se então uma relação tomada por grandes “diferenças” de povos, línguas e nações que estavam dispostas a defenderem e tomarem o lugar de habitação do “outro”, sendo então, por um lado, os índios que já estavam em seu espaço por um longo período de tempo e do outro os europeus, com suas vestimentas e trajes “superiores” à dos Tupinambás, cheios de costumes, regras e visões que, para eles, eram melhores que à dos demais.

3.1 Práticas cotidianas dos povos Tupinambás

Através de práticas nômades, de constantes mudanças de localização, os povos Tupinambás desenvolveram distintas práticas alimentícias, que, no entanto, estavam pautadas principalmente em frutos do mar, pois estes escolhiam viver margeando os litorais. Menciono, portanto, a fala de Silva (2014, p. 71), um mestre em Políticas Públicas, o qual, em sua dissertação de mestrado, faz um levantamento sobre as contradições do desenvolvimento

urbano em São Luís e aponta para a o Vinhais Velho, tendo como descrição a habitação de povos Tupinambás em suas práticas e relações com os franceses. Destaca:

Em Uçaguaba – assim como outros logradouros da então Ilha do Maranhão – esse longo processo de integração com o ambiente fez com que os tupinambá desenvolvessem diferentes hábitos, aprimorassem a sua destreza na agricultura, caça e pesca e diversificassem a sua alimentação. Graças a esse meio e ao grande conhecimento adquirido, os tupinambá e as demais nações indígenas tinham grande variedade de caça, pesca e de extrativismo vegetal de onde tiravam o seu sustento e elaboravam a sua culinária. Caranguejos, assim como diversos frutos do mar, faziam parte de seus hábitos alimentares, reflexo de sua longa permanência pela costa litorânea brasileira. Para além disso, tinham a seu dispor grande abundância de caça. Animais como pacas, peixes-boi e capivaras compunham a sua dieta. Cultivavam roças, de onde extraíam boa parte de seus mantimentos, com boa variedade de frutos, legumes e tubérculos. A mandioca era uma parte importante em sua dieta, da qual faziam a farinha, base de sua alimentação e que despertava também grande interesse nos colonizadores. (SILVA, 2014, p. 71)

Essas práticas alimentícias eram o diferencial das comidas indígenas para as europeias. Os frutos do mar, até aos dias de hoje, são parte da vida dos povos que habitam a *Comunidade* Vinhais Velho, pela riqueza natural em manguezais (figuras 05 e 06) que ali existe, além do mais, a *Comunidade* é próxima ao rio Anil, o que fez com que muitos anos os moradores tirassem – e ainda tiram, porém de forma mais reduzida – sua subsistência, principalmente pela colheita de caranguejos e camarões.



Figura 05: Área de manguezal no Vinhais Velho. **Fonte:** Acervo pessoal.



Figura 06: braço de mar no rio Anil. **Fonte:** Acervo pessoal.

O Vinhais Velho é muito conhecido como “lugar onde se comem caranguejos”. No entanto, essas práticas foram reduzidas com o crescimento e desenvolvimento urbano, tendo em vista que a inserção de megaempreendimentos e aspectos voltados à infraestrutura urbana reduzem as áreas naturais, além de modificar certos afazeres cotidianos.

Convém destacar nesta pesquisa, além dos costumes, as características físicas dos povos Tupinambás, para que assim possamos compreender a forma pela qual eram vistos e como os mesmos viviam, pois “conhecê-los” nos trará a compreensão dos artefatos resguardados e da cultura presente e expressa na *Comunidade* Vinhais Velho. Desta forma, exponho a fala de D’ABBEVILLE (1874, p. 305):

Os índios Tupinambás são, de ordinário, de estatura medíocre, próxima da media dos franceses. É bem verdade, que entre elles se encontram alguns da altura, pelo menos de 6 a 7 pés, como vi em alguns diversos lugares. São todos bem feitos e proporcionaes, já pela temperatura do paiz, e já por não viverem constrangidos e forçados em seus vestidos como aos gamenhos acontece. Suas mães achatam-lhes o nariz e pucham para diante a cabeça quando são recém-nascidos, forçando a natureza a trocar a sua bellesa e decência pela feialdade e indecência.

Através de tais descrições, entende-se que os Tupinambás, ao nascerem, eram transformados de uma beleza natural para o que os mais velhos lhes impunham. Um outro ponto é que tais povos riam e desmereciam pessoas que tivessem qualquer deficiência física, pois estes não tinham, aparentemente. Os europeus destacam que não se percebia a existência de cego, surdo, ou qualquer pessoa com deficiência, pois não fazia parte de sua identidade e cultura.

As características indígenas de forma genérica eram vistas pelos franceses como “coisas exóticas”, algo de fato surreal, nunca contemplado em sua cultura ou em outras já presenciadas. Tais europeus destacam o físico pautado em uma beleza que teria seus corpos expostos, rostos cobertos por brincos, na boca, no caso dos homens, para mostrarem rigidez, controle e valentia, estes furavam seus lábios pelo menos em duas ou três partes. Já as mulheres usavam em suas orelhas adereços como pequenos paus e pedaços de ossos. Tais enfeites eram comparados ao prazer que a mulher francesa tinha ao usar suas pérolas e joias. (D’ABBEVILLE, 1874)

Neste íterim, acredito ser necessário abordar que a *Comunidade* em sua maior parte não se considera como indígena, existem Agentes Sociais que sabem da existência dos povos Tupinambás naquela localidade, mas que fazem parte de uma geração nova, que adveio de outros bairros e cidades. Contudo, no ano de 2015, quando realizava minha pesquisa de campo, para continuação de meu trabalho monográfico, conversei com uma senhora idosa,

conhecida como dona Babá, que me afirmou ser parte de uma “comunidade” indígena e reconhecia que seus antepassados acreditavam que existia uma cultura de povos Tupinambás na *Comunidade*. Este fato era muito valorizado pela mesma, seus olhos brilhavam enquanto falava sobre suas lembranças familiares.

3.2 Museificação: a inserção do Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho na *Comunidade*

Em a *historicidade da vida contra a museificação: os museus e os mapas nos “centros de ciências e saberes”* destaco a fala do Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida sobre tal classificação está em torno do que é exposto em museologia e tais artefatos serem utilizados para a construção de espaços que visam demonstrar os hábitos e costumes dos “outros”.

Como sublinha Benedict Anderson, em comunidades imaginadas, o museu e a imaginação museológica são profundamente políticos. Consistem em produtos de relações sociais voltadas para uma multiplicidade de modos de colecionar objetos, de diferentes lugares e tempos históricos, e de exercer autoridade para classificá-los e exibí-los. Abrangem instituições referidas a processos de decisões intrínsecos às esferas de poder, concernentes, sobretudo, ao patrimônio cultural, remetendo diretamente às noções operativas de “proteção”, “preservação” e “conservação”. (ALMEIDA, 2017, p. 47)

A partir de então tais artefatos são vistos como objetos “preservados” e “conservados”. Este fato ocorreu na *Comunidade* em estudo, a qual, com a implantação da Via Expressa⁷, muitas peças arqueológicas foram encontradas no período de escavação, como mencionado anteriormente, e, através desta ação, um memorial com as peças arqueológicas foi construído para “resguardar” a historicidade de São Luís por meio da *Comunidade* Vinhais Velho, pois esta foi um dos primeiros lugares em que os franceses tiveram contato com os povos Tupinambás.

Em 2010 o projeto Via Expressa teve início sob o governo de Roseana Sarney com o intuito de “presentear” a cidade de São Luís-MA pelos seus 400 anos. No EIA-RIMA destaca-se o objetivo da implantação do mega empreendimento. Desta forma:

⁷ Megaempreendimento construído para ser entregue no aniversário de 400 anos São Luís-MA no ano de 2012. O qual interligou alguns bairros, sendo estes: Renascença / Jaracaty, Santa Eulália, Cohafuma, Vila Roseana, Parque Olinda, Vinhais Velho, Recanto dos Vinhais, Jardim Monterrey, Morada Nova e IPASE / Maranhão Novo. Com extensão total de 13.956,85m.

A Via Expressa projetada tem como objetivo principal, canalizar o tráfego das avenidas Carlos Cunha (Jaracaty) e Jerônimo de Albuquerque (Curva do 90) com destino para a Avenida Daniel de La Touche (Ipase / Maranhão Novo) e vice-versa. A nova opção tem por finalidade descongestionar o tráfego nos pontos de convergência das avenidas interligadas. (EIA-RIMA, 2010, p. 04)

O mapa abaixo (figura 07) destaca as Áreas de Influência que estão localizadas no “traçado” da Via Expressa.

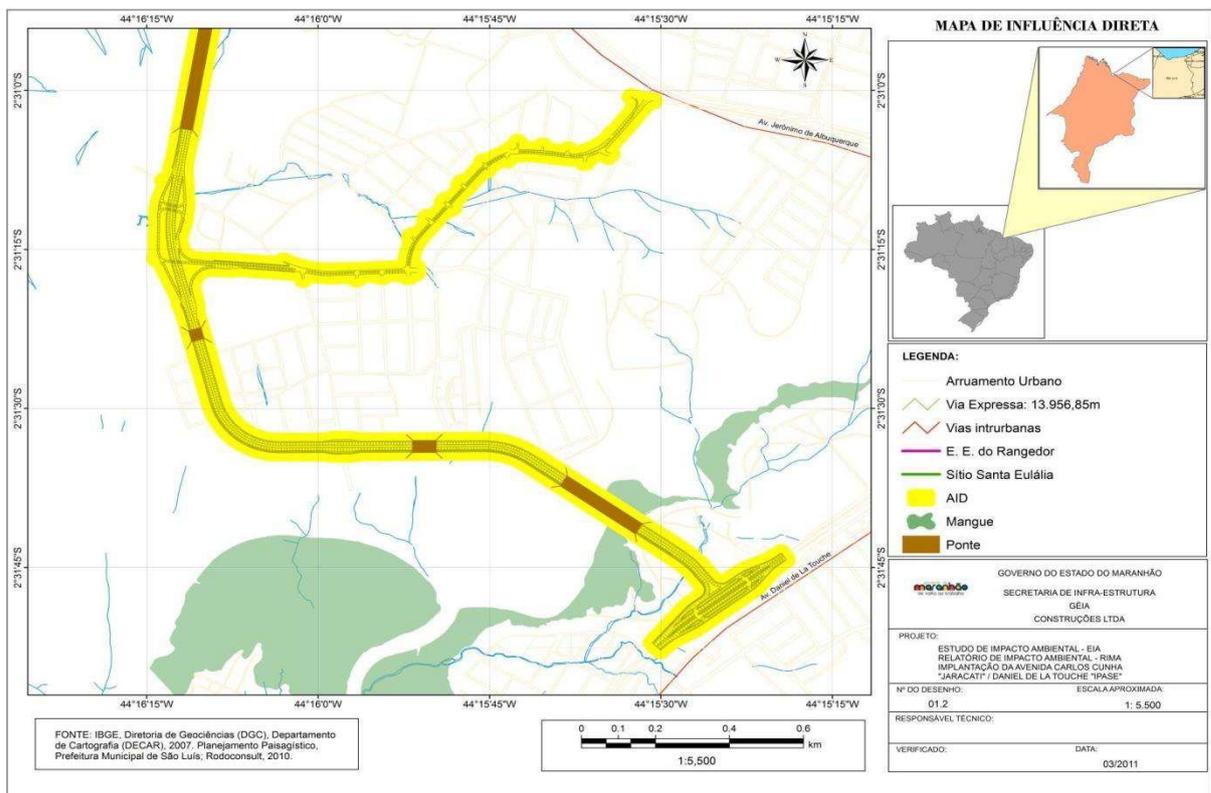


Figura 07: Mapa de Influência Direta da Via Expressa. **Fonte:** SOUSA, 2018, p.159

Ademais, algumas empresas foram contratadas para darem prosseguimento à implantação do projeto. Convém destacar neste momento para uma melhor compreensão de tal “desenvolvimento”:

Para realização da atividade que foi contratada para dar início ao serviço de engenharia para implantação e pavimentação da Via Expressa, a consultora / projetista RODOCONSULT foi a responsável pela elaboração dos estudos e projetos. Tendo início em outubro de 2010 e, além disso, “O Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, para o projeto executivo foram desenvolvidos pela Consultora Géia Construções Ltda.” (RIMA, 2010, p. 07).

Em se tratando de descongestionamento, percebe-se que o desafogamento do tráfego de algumas avenidas e “congestionamento” em alguns pontos da vida de “outros”. O que era para ser um “presente” passou a ser um conflito para determinadas “comunidades”.

No período de implantação da Via Expressa, muitas pessoas se voltaram contra tal projeto reconhecendo que muitas seriam as perdas na *Comunidade* vinhais velho. Uma dessas seria a Igreja de São João Batista que, além de ser um espaço para a expressão de suas crenças religiosas, também era vista como um local que já fora tomado pela manifestação de fé de séculos passados. Ademais, tais expressões são conhecidas por estudiosos como um marco na capital do maranhão advindo assim da dinamicidade cultural presente em seu contexto.

Apesar do encontro de peças arqueológicas ser algo “positivo”, pois foi através da escavação que se encontraram as mesmas, tal ação não diminuiria o efeito da passagem de uma grande via sobre a *Comunidade*. Isso resultaria em identidades mexidas, em famílias separadas, em festejos religiosos alterados, mas, em contrapartida, haveria a implantação de um memorial com o intuito de “preservar” a identidade da *Comunidade*. Ademais, o museu seria um ponto turístico da mesma, pessoas iriam conhecer a trajetória de povos Tupinambás naquele lugar.

Por isto, há que se questionar: benefício para quem? Preservação de que? Existe em toda essa história uma “romantização” da implantação da Via Expressa. Famílias foram deslocadas de suas casas, a pesca teve suas modificações, a periculosidade em acidentes de trânsito e medo de assalto ou de sentar à porta de suas casas a noite aumentaram, mas, um memorial foi construído para trazer certo “prestígio” àquela *Comunidade*.

Porém, a inserção da Via Expressa na *Comunidade* Vinhais Velho trouxe uma recordação de artefatos encontrados durante o período de escavação e terraplanagem para a construção da mesma. A figura 08 aponta algumas peças “resgatadas” pelo IPHAN no memorial construído justamente para isto. Peças utilizadas e feitas por Tupinambás, datadas do século 1612, encontradas em um dos lugares mais antigos de São Luís - MA.



Figura 08: achados arqueológicos. **Fonte:** Acervo pessoal 2016.

Na figura acima tem-se a presença de fragmentos de cerâmicas de objetos feitos pelos Tupinambás e, a partir disto, há um questionamento a se realizar: qual foi a participação da *Comunidade* dos dias de hoje na colocação desse espaço arqueológico? Pois, ao contrário dos Centros de Ciências e Saberes, os quais relacionam-se à museus vivos, tendo em vista o resguardar de peças, mapas, trabalhos feitos pela própria “comunidade” de forma contínua e cotidiana, o memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho, possui uma relação com o Estado, tomando como base o fato de que foi o mesmo quem o “construiu” e “resguardou” de forma oficial as peças arqueológicas encontradas no processo de terraplanagem para inserção do megaprojeto de infraestrutura Via Expressa. Desta forma, a respeito de museus vivo, é válido pontuar:

A experiência dos Centros de Ciências e Saberes envolve a reunião dos artefatos, mas distingue-se da concepção de Museu tal como construída pelo Estado. Nas situações pesquisadas está em jogo não uma mera exposição dos artefatos, mas a problematizações de situações relativas à territorialidade e a visibilidade de situações de conflito social. São novas formas de mobilização nas quais os agentes sociais têm um domínio sobre as interpretações elaboradas sobre as suas situações sociais. (MARTINS, 2013, p. 105)

Portanto, os museus vivos fazem parte do que a “comunidade” destaca como “demonstração” dos conflitos já vivenciados, o que a mesma passou por tantos anos, tendo em vista principalmente a relação colonizador e colonizado. São esses embates, as vivências

dolorosas que fazem com que, de alguma forma, a mesma tenha como se expressar. Destaco ainda a fala de NUNES (2015, p. 87):

Em lugar de uma abordagem museológica que intenciona traduzir culturas, hierarquicamente dispostas em vitrines, apresentando ao visitante de um museu, seja ele leigo, seja ele douto, “a cultura” de uma sociedade primitiva, a noção de ‘museu vivo’ parece ressaltar que os critérios de seleção dos artefatos acionados na organização de uma coleção “viva” distanciam-se sobremaneira da concepção de cultura material que tão bem orientou o pensamento e a prática dos ideólogos do evolucionismo ao classificarem de modo hierárquico tipos de sociedades e culturas.

Através desta colocação é que se propõe uma visão nova sobre a concepção de museu, tendo em vista o rompimento com questões voltadas ao evolucionismo, defendidas por pensadores que entendem a história como uma evolução do passado, neste caso, a mudança que há dentro de uma sociedade e, pode-se incluir neste momento a *Comunidade Vinhais velho*, a qual pensa-se que a mesma adveio de uma transição desde os povos Tupinambás até os dias de hoje. Percebe-se, no entanto, que são vivências distintas, caracterizadas pelas próprias identidades construídas, não “evoluídas”, mas sim dinamizadas.

Porém, pelo fato da *Comunidade Vinhais Velho* não ter realizado a ação dela própria construir e criar um espaço para contar e expressar sua história, realço nesta pesquisa a diferença que há entre o Memorial presente no Vinhais Velho, construído pelo Estado e os Centros de Ciências e Saberes. Não se havia conhecimento pela massa da *comunidade* até então de que haviam artefatos arqueológicos de povos Tupinambás naquele lugar e que, por anos, isso estava “escondido”, mas que já fazia parte da história da *Comunidade*. Não foram os moradores quem ergueram as paredes do memorial, nem tampouco “guardaram” as peças arqueológicas, mas percebe-se que há uma relação, ainda que não tão profunda, a respeito de tal memorial.

Contudo, diversos estudiosos, principalmente historiadores e arqueólogos, viram a precisão em ter a Igreja de São Batista, esta que, como mencionado anteriormente, foi construída em séculos passados, “protegida”, com a passagem da Via Expressa distante de sua localização. A partir de então, não somente a *Comunidade*, mas autoridades, professores, arqueólogos ergueram uma “guerra”, tomados pela indignação de que a história de São Luís estava dentro em parte da *Comunidade* referida. Foi por este motivo que alguns casos passaram a serem estudados com maior intensidade, como a Igreja de São João Batista, o cemitério e os poços presentes. Me atenho a este ponto com referência à relação que a *Comunidade* possui com a arqueologia, pois esta é formadora de culturas humanas. Portanto,

de que forma a *Comunidade* entende e percebe a importância de preservar o seu patrimônio cultural? Como destaca MELLO e CASTRO:

A importância de envolver a comunidade nas discussões sobre o patrimônio arqueológico faz-se cada vez mais necessária, à medida que o sujeito apropria-se de sua história e toma conhecimento sobre a relevância da preservação de seu patrimônio cultural. (2016, p. 38)

Entende-se que o sujeito se apropria de sua identidade a partir do conhecimento que tem sobre sua história e trajetória. Há um conjunto que faz parte da preservação arqueológica. A *Comunidade* Vinhais Velho, após passar pela situação de inserção da Via Expressa teve como tombamento a Igreja de São Batista e foi construído um anexo à esta com os artefatos arqueológicos encontrados. A arqueologia percebida na *Comunidade* Vinhais Velho aponta a importância de uma relação entre os moradores, para entendimento do seu espaço e identidade.

O museu como muito é conhecido e prestigiado, expõe determinadas culturas através de seus artefatos relocados em vitrines, estantes, mesas e demais objetos que possam ser vistos. No entanto, tais peças arqueológicas levam consigo bem mais que uma historicidade, está para além de ser algo somente expositivo. Faz parte de uma identidade que ainda é presente na vida de algumas pessoas. A partir dessa visão voltada ao museu, às peças arqueológicas, encontradas e “resguardadas” Velthem (2012, p. 55) destaca:

Outro aspecto da questão está diretamente conectado ao fato dos museus construírem dispositivos de enunciação que visam identificar cada objeto de suas coleções. Esse procedimento justifica a existência dessas instituições e legitima a retirada de artefatos de seus contextos de utilização para inseri-los em um espaço regido por critérios de classificação bem distanciados dos que estão na origem de sua produção.

A retirada de um artefato de determinado lugar de origem para “preservar” em espaços diferentes do que tais povos jamais imaginariam ver, consiste em um fator de divisão. Ademais, as peças não foram classificadas ou colocadas em vitrines pela *Comunidade*, mas sim por arqueólogos que fizeram parte da pesquisa. No entanto, quando trata-se de uma “comunidade” e do que esta tem como marco de sua identidade, convém destacar a participação desses povos. Não basta somente deixar sendo exposto, mas até a identificação de cada objeto, é uma forma classificatória dos museus. O memorial presente na *Comunidade* Vinhais Velho também está nos critérios de classificação que não demonstram de forma

intensa, ou seja, como de fato aqueles povos vivenciaram ao passarem pela localidade em questão.

3.3 Uma análise sobre o trabalho arqueológico realizado durante a construção da Via Expressa e outros fatores

O trabalho realizado durante o período em que se iniciaram as obras para que a Via Expressa fosse construída foi feito por uma equipe de arqueólogos através de um programa levantado pela SINFRA, com nome de Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico para Implantação da Via Expressa de Ligação das Avenidas: Carlos Cunha (Jaracaty), Jerônimo de Albuquerque e Daniel de La Touche (Ipase), em São Luís - MA. BANDEIRA (2013, p. 09) declara: “O Sítio Arqueológico Vinhais Velho situa-se na desembocadura do rio Anil na baía de São Marcos, estando entre 14 e 19 m de altura, acima do nível médio do mar. A característica ambiental mais marcante desta região é a grande riqueza hídrica formada por vários cursos d’água, brejos e nascentes”.

Tal ação teve como ponto principal e primordial proteger, pesquisar e preservar os remanescentes da antiga aldeia indígena do Vinhais velho, visando assim a integração da Via Expressa com os fatos arqueológicos encontrados, o que culminariam na “produção de conhecimento”. (BANDEIRA, 2013)

É percebido que tal visão arqueológica está pautada em que o fato de o memorial ter sido construído, exprimiu os malefícios de um megaempreendimento ter sido implantado. Para o autor, crescimento urbano atrelado a conhecimento, pode ser suprido, tendo em vista a “valorização” dos artefatos indígenas.

Já era existente a teoria de que a região do Vinhais Velho foi habitada por povos Tupinambás, através de livros e documentos, no entanto, somente com a atividade arqueológica realizada na localidade, é que se pôde comprovar a existência dos mesmos e não somente destes, mas de povos sambaquieiros, horticultores e ceramistas com traços amazônicos também. (BANDEIRA, 2013)

A atividade realizada pela equipe responsável por coletar e trabalhar em cada peça arqueológica consistiu em cinco etapas, descritas da seguinte forma: “Refinamento da Prospecção Arqueológica em todo o traçado da Via Expressa, Monitoramento Arqueológico

na Área de implantação da Via Expressa, Peneiramento do Sedimento Retirado do Vinhais Velho pelo Maquinário e Educação Patrimonial.” (BANDEIRA, 2013, p. 41)

Ademais, conforme Bandeira (2013) a objetivação em conhecer a área em que a Via Expressa foi implantada foi feita minuciosamente, sendo encontrado assim, na região do Vinhais Velho, bem como do Sítio Santa Eulália, sendo este em proximidade à *Comunidade*, peças datadas de séculos passados. Intervenções arqueológicas, encaminhamentos através de entrevista com os moradores e avaliação de áreas potenciais para a existência de possíveis artefatos arqueológicos, foram primordiais no encontro das mesmas.

Um outro ponto a se destacar é que o arqueólogo aponta para uma “preocupação” e monitoramento à derrubada de casas que se encontravam no lugar em que a Via expressa teve sua passagem. O autor menciona o fato delas “estarem” no traçado da Via e que seria, portanto, necessária a sua remoção.

É percebida a inexistência de uma devida preocupação para além do que pode ser “evolução” urbana, isto consiste no fato de que, para um empreendimento ter sucesso, “é necessário” que existam situações que desfavoreçam a minoria da sociedade. Neste ponto também, destaca-se que em algumas casas (figuras 09 e 10), abaixo de sua estrutura, haviam materiais arqueológicos e isto foi de certa forma “monitorado”.



Figura 09: Demolição de casas. **Fonte:** Livro Vinhais Velho, Arqueologia, História e Memória. Autor: Arkley Marques Bandeira. Ano: 2013.

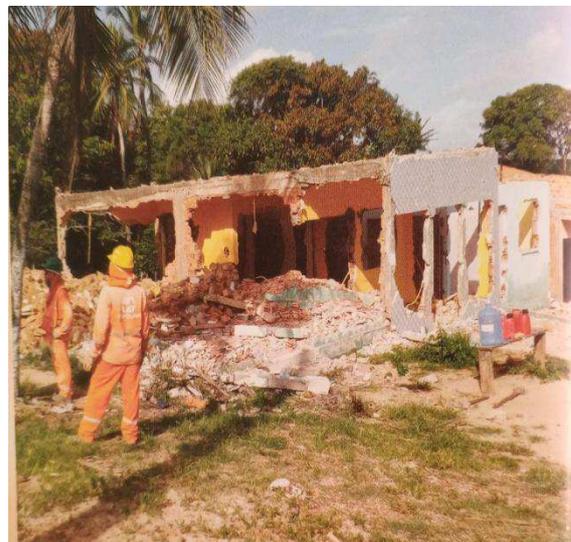


Figura 10: Demolição de casas 2. **Fonte:** Livro Vinhais Velho, Arqueologia, História e Memória. Autor: Arkley Marques Bandeira. Ano: 2013.

A demolição de casas foi um dos fatores que deixou a Comunidade extremamente insatisfeita e isto foi para além de outras discussões, como o encontro com as peças

arqueológicas. As pessoas não estavam procurando saber de quem eram aquelas cerâmicas (figura 08) soterradas abaixo de suas moradias, elas apenas não queriam que seu pedaço de terra fosse destruído. Como dona Roseli destaca:

As pessoas não estavam muito interessadas em saber se haviam materiais de povos indígenas ali, a preocupação maior era por conta do derrubamento das casas, eles se perguntavam onde iam morar, como seriam suas vidas daqui para frente. Era a maior tristeza. (ROSELI, relatos de campo. 17/10/2020)

Abaixo, na figura 11, tem-se o registro de artefatos indígenas encontrados nos terrenos em que as casas demolidas estavam.



Figura 11: Artefatos indígenas encontrados soterrados no quintal de casa no Vinhais Velho.

Fonte: Livro Vinhais Velho, Arqueologia, História e Memória. Autor: Arkley Marques Bandeira. Ano: 2013.

Portanto, os aspectos voltados à demolição de casas para a implantação desse megaempreendimento, um projeto de infraestrutura com proporção gigantesca, levou para a *Comunidade* em questão consequências percebidas até os dias de hoje tendo este sido um dos fatores que teve um grande peso dentro da *Comunidade*. Um ponto considerado como desrespeitoso, tendo em vista a moradia de pessoas que viviam há muitos anos naquela região, com seus parentes por perto, além da construção de sua identidade, sendo “invadida”, tomada por atos de violência física e simbólica.

4 UMA ANÁLISE DO EIA RIMA E DESCRIÇÃO REFLEXIVA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE A *COMUNIDADE* VINHAIS VELHO

Neste capítulo farei uma abordagem sobre o Estado, enquanto principal interessado em uma política desenvolvimentista, abordando assim a visão de Bourdieu, quanto aos atos de Estado, bem como a uma análise a respeito de como esta “hierarquia” está voltada não ao bem comum, ou de todos, como muito é transpassado por muitos anos, mas sim a decisões que beneficiam a elite, de forma que as classes menores são as mais afetadas e transgredidas, tendo assim mudanças drásticas em sua forma de viver.

A *Comunidade* Vinhais Velho, palco de grandes transformações por conta de uma cultura desenvolvimentista, vivenciou e ainda presencia as consequências dos atos de Estado, defendidos por Bourdieu (1990) como sendo atos autorizados por agentes que possuem uma autoridade simbólica, sendo esta, portanto, o respaldo para tomadas de decisões e imposição de ações que passam a serem “inquestionáveis”.

Está a favor do Estado, ainda que seja de forma involuntária, consequência de afazeres e precisões diárias o que, muitas vezes não faz parte da imaginação que as pessoas possuem quando se trata do Estado, condiz com a abdicação de uma vida sem normas, ou melhor, não se faz somente aquilo que se pensa, existem regras a serem cumpridas, quando se vive em sociedade. Motivos cotidianos, como por exemplo, preencher um formulário burocrático, assinar um certificado, fazer uma certidão, todos esses e outros aspectos representam o Estado.

Trago a partir de então um convite para que seja analisado o projeto desenvolvimentista com passagem pela *Comunidade* Vinhais Velho, alterando diversas características tanto físicas quanto sociais e culturais. Abordarei então o EIA-RIMA, o qual foi realizado antes da construção da Via Expressa. Esta abordagem se faz necessária para uma compreensão de como o empreendimento teve “autorização” para ser realizado, a partir de uma análise socioambiental. Assim, ainda que nesta pesquisa permeie um fator histórico-cultural, com base no Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho, entende-se que há uma ligação entre tais pontos, os quais foram determinantes para que houvesse a inserção do empreendimento na *Comunidade*.

A Via Expressa foi um empreendimento levantado pelo Governo do Estado do Maranhão e de responsabilidade em seu planejamento e implantação da Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA/MA, para melhoria em mobilidade da população quanto ao

acesso da Avenida Carlos Cunha e Jerônimo de Albuquerque à Avenida Daniel de La Touche (IPASE/Maranhão Novo) como aponta Bandeira (2013) tendo que sua extensão total compreendida em 9.795,96m. Ademais, a Via Expressa teve como objetivo principal, segundo o RIMA (2010, p. 4):

[...] canalizar o tráfego das avenidas Carlos Cunha (Jaracaty) e Jerônimo de Albuquerque (Curva do 90) com destino para a avenida Daniel de La Touche (IPASE/Maranhão Novo) e vice-versa. A nova opção tem por finalidade descongestionar o tráfego nos pontos de convergência das avenidas interligadas.

Deste modo, cabe pontuar quais bairros tiveram essa ligação, pela qual a implantação teve passagem. Sendo assim estes foram o Renascença/Jaracaty, Santa Eulália, Cohafuma, Vila Roseana, Parque Olinda, Vinhais Velho, Recanto dos Vinhais, Jardim Monterrey, Morada Nova e IPASE/Maranhão Novo (RIMA, 2010).

Além disso, vale ressaltar que sua localização consiste em:

De modo geral, apresenta como limites geográficos: ao norte, sucessivamente as Avenida dos Holandeses/MA-203/Av. Litorânea/faixa de praias; ao sul, o rio Anil e porção central da ilha de São Luís; a oeste, o estuário Anil / Bacanga e Centro Histórico de São Luís; e, a leste, os municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Estando compreendida aproximadamente entre as coordenadas geográficas: latitudes 2°29' e 2°33' S; e, longitudes 44°14' e 44°19' W. (RIMA, 2010, p. 8)

Os resultados obtidos para análise e validação da pesquisa foram adquiridos através do documento EIA/RIMA, junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) do Maranhão. Como consta na Constituição Federal de 1988, no Art. 225, §1º, IV: “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto, a qual se dará publicidade”. Assim, para a realização de um empreendimento, obra ou qualquer projeto que demonstre que haverá possíveis impactos ambientais, é de obrigação, por lei, o estudo de qualquer tipo de dano ou degradação ao meio ambiente.

Para realização da atividade que foi contratada para dar início ao serviço de engenharia para implantação e pavimentação da Via Expressa, a consultora/projetista RODOCONSULT foi a responsável pela elaboração dos estudos e projetos. Tendo início em outubro de 2010 e, além disso, o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, para o projeto executivo foram desenvolvidos pela Consultora Géia Construções Ltda.

Antes de ser decidida a forma pela qual seria realizado o traçado para a construção da Via Expressa, duas alternativas⁸ foram colocadas em análise até que se chegasse a uma conclusão. Assim, após três maneiras de se tentar empregar um traçado sobre o empreendimento, houve de fato implicação desta última, pois foi considerada com a que teria “menor prejuízo” ao meio ambiente e à população. A última opção apresentou “menor nível” de degradação ambiental quanto ao traçado horizontal, tendo os seguimentos de mangues atravessados por implantação de pontes, onde haveria menor quantidade de imóveis a serem desapropriados, de fácil execução, onde interligaria o maior número de bairros que abrangeria a maior quantidade de usuários, teria menor custo quanto à implantação da Via, se comparado às outras duas opções.

4.1 Características físicas, biológicas e antrópicas na área de influência

A área em que o empreendimento foi aplicado como uma forma de amenizar o tráfego das avenidas mencionadas acima no trajeto de São Luís corresponde à ocupação da porção centro noroeste da Ilha do Maranhão. Sendo assim, o espaço é caracterizado pela convergência das calhas dos estuários do Bacanga e do Rio Anil, as quais fazem junção para receber as águas da baía de São Marcos.

Quanto às características zonais, percebe-se que a área está inserida em uma região com clima tropical úmido e tem pontos básicos como: temperatura elevada, precipitações com distribuição sazonal regular, tendo alternância de estação chuvosa para

⁸Com base na primeira opção, com relação às considerações técnicas e ambientais, abordaram-se os acessos que, em seu traçado horizontal não daria acesso aos principais bairros da área de abrangência do projeto, nem permitiria a interligação com a Avenida Jerônimo de Albuquerque. Desta forma, não haveria solução nos constantes congestionamentos de veículos nesta importante Via. Além de informações sobre os acessos, o que consta sobre as desapropriações, nesse caso, em que o cruzamento desta com a Avenida Carlos Cunha iria exigir, por ser um ponto de convergência e com diversos conflitos, uma área extensa, tendo assim que remover imóveis comerciais, dentre eles, a EUROMAR, o Banco do Brasil e o terreno em que seria empreendido o condomínio residencial Cyrela.

Com relação ao meio ambiente, haveria um traçado sobre o Rio Anil, passando por manguezais, ademais, haveria a constituição de solos comprimíveis, tendo que ser exigidas soluções complexas e que resultaria em um custo muito elevado.

Quanto à parte da prática, seria executado o processo de drenagem, ou com a implantação de elevado. No entanto, pelo fato do trajeto do projeto ser de grande proporção os pontos ficaram inexecutáveis, por conta dos custos financeiros e ambientais.

E, quanto aos danos ambientais, haveria, no momento da execução, causaria assoreamento de igarapés e extermínio de extensa área de mangue.

A segunda opção teve seu plano muito parecido com o primeiro, tendo diferença apenas no trajeto, quanto aos bairros que seriam interligados, onde haveria início no 2º encontro sobre o Igarapé Jaracaty, atravessando a Avenida Carlos Cunha, seguindo, assim, uma área de mangue até ter passagem pelo Sítio Santa Eulália (RIMA, 2010).

seca, além de ventos moderados a qual é soprado principalmente do nordeste. “Com relação à geologia da área, cabe mencionar que em toda a zona intertidal do rio Anil, observa-se a presença de fácies de lama que correspondem a sedimentos com composição síltico-argilosa, ricos em matéria orgânica e com grande plasticidade.” (RIMA, 2010, p. 17)

Do ponto de vista biológico, foi pontuada a vegetação e a fauna. Deste modo, vale salientar as Áreas de Influência Direta⁹ quanto à vegetação que consiste nesse caso às coberturas de duas associações florísticas, sendo esses: a Província Amazônica, onde é representada pela vegetação terrestre e a Província Atlântica (Sub-Província Litorânea ou Costeira), a qual é representada pela vegetação de mangues. Quanto a essas duas vegetações, vale pontuar o que este relatório afirma:

De modo geral, as formas de vegetação identificadas vêm sendo submetidas a acelerado processo de degradação ambiental. Reconhecendo-se para a vegetação terrestre, estágios mais avançados de degradação, quase totalmente suprimida para ceder lugar ao tecido urbano. Para a vegetação dos mangues, a degradação tem sido, em certa medida, atenuada, em função principalmente, do alto poder de regeneração das espécies de mangues. (RIMA, 2010, p. 22)

Sobre a cobertura vegetal terrestre, pontua-se que esta tem uma distribuição restrita e suas feições variam desde a ausência de revestimento botânico até a ocorrência de estratos arbustivos-arbóreos encontrados na forma de manchas, em pontos localizados na área. Há que se observar que o cenário visto com modificações na área teve início com a supressão da cobertura vegetal pioneira, tendo seguimento em degradação parte do que ocorreu em um passado recente na área. Portanto, apesar de haver presença de algumas espécies invasoras, as que são de fato integrantes da vegetação terrestre podem ser citadas como sendo as principais:

[...] salsa, jitirana (*Ipomoea crassifolia*), chanana (*Turnera ulmifolia*), tiririca (*Cyperus ferax*), tajá (*Philodendrum* sp), urtiga (*Merreniraaegyptica*), bananeira (*Musa paradisíaca*), mamona (*Ricinus communis*), Jurubeba (*Solanum crinitum*), imbaúba (*Cecropia peltata*), tucum (*Bactris* sp), goiabeira (*Psidium guajava*), entre as principais. (RIMA, 2010, p. 23)

No caso da vegetação de mangues, esta tem domínio da planície fluviomarinha e estende-se por toda a região do médio e baixo curso do Rio Anil. Portanto, esta possui de uma fisionomia que é alternada entre feições que variam entre o padrão arbustivo e/ ou arbóreo –

⁹Área de influência direta - Área necessária à implantação de obras/atividades, bem como aquelas que envolvem a infra-estrutura de operacionalização de testes, plantios, armazenamento, transporte, distribuição de produtos/insumos/água, além da área de administração, residência dos envolvidos no projeto e entorno. (RESOLUÇÃO CONAMA Nº 305/2002)

arborescente (RIMA, 2010). Em São Luís pode ser frisada uma degradação ocasionada pela expansão urbana, nesse caso, entre o Igarapé da Ana Jansen até a altura do Jaracati, onde localiza-se a região do São Francisco/ Renascença, sendo projetada na direção do Jaracati, pontua-se, deste modo, a Avenida Darcy Ribeiro, na qual foi executada pela Prefeitura Municipal em 1999.

A composição destes manguezais consiste em um conjunto de plantas, que são definidas em dois grupos, sendo estes os de componentes essenciais e os complementares. Por isso, componentes essenciais são considerados as espécies lenhosas de porte arbóreo e/ou arborescente, que são denominadas mangues e os complementares consistem nas espécies arbustivas, herbáceas. (RIMA, 2010)

Além dos sistemas pontuados, é importante ressaltar sobre o sistema antrópico, o qual o mesmo tem relação com a dinâmica populacional, bem como a ocupação e uso do solo, a estrutura social e econômica, a infraestrutura básica e os aspectos históricos e culturais. (RIMA, 2010)

A respeito dos artefatos encontrados no processo realizado pelo maquinário utilizado na terraplanagem para construção do megaempreendimento, há que se fazer uma ratificação da atividade feita pelo Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Via Expressa, tendo sido aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sendo a Portaria IPHAN nº 20/2012, publicada no Diário Oficial da União, dando a responsabilidade do trabalho ao arqueólogo Arkley Marques Bandeira. (BANDEIRA, 2013)

Sobre a satisfação das “comunidades” assentadas na área de implantação do empreendimento, quanto aos aspectos sociais e econômicos, pontua-se a “contemplanção” destas principalmente aos aspectos de infraestrutura, no caso malha viária e transporte, saneamento básico (água e esgoto), energia elétrica e comunicações. (RIMA, 2010)

4.2 Passagem da Via pela *Comunidade* Vinhais Velho e a reação dos moradores

Não é da atualidade a percepção de que “grandes” ações praticadas com o respaldo do Estado, afetam a realidade de espaços que já possuem características identitárias, voltadas a relações, ao vínculo entre famílias, amigos, vizinhos e, também, aos aspectos culturais, biológicos, dentre outros. Tomo então como uma fonte de escape teórica a visão de Bourdieu quando faz um estudo sobre o Estado, enquanto ação monopolizadora. Desta forma:

Se eu tivesse de dar uma definição provisória do que se chama “o Estado”, diria que o setor do campo do poder, que se pode chamar de “campo administrativo” ou “campo da função pública”, esse setor em que se pensa particularmente quando se fala de Estado sem outra precisão, define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima. Já há alguns anos, fiz um acréscimo à definição famosa de Max Weber, que diz ser o Estado o “monopólio da violência legítima”, e que eu corrijo acrescentando: “monopólio da violência física e simbólica”; poderia até mesmo dizer: “monopólio da violência simbólica legítima”, na medida em que o monopólio da violência simbólica é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física. (BOURDIEU, 1990, p. 33)

Assim, o campo do poder, da função pública, do monopólio da violência física e simbólica que se estampa pelas ações estatais se expressa de forma violenta nas margens, ou melhor, dentro das “comunidades” que estão sujeitas a decisões advindas da elite. Desta forma, o Vinhais Velho vivenciou esses marcos de violência, a saber, física por ter tido demolição de casas, estas que “estavam” no traçado da Via. Simbólica, no que condiz a diversas situações, como a própria relação dentro da *Comunidade* entre os moradores, ao nível de periculosidade quando se trata de acidentes por faixas viárias, bem como por assaltos, tratando de frequentadores que não viviam dentro da mesma, além de vários outros pontos que não estão mencionados no EIA/ RIMA.

Cabe aqui, dentro deste contexto, realizar uma abordagem sobre as formas pelas quais os conflitos sociais advindos de situações socioambientais são vistos dentro de determinadas situações, em especial dentro do que Sérgio Lopes aponta a respeito de ambientalizar tais conflitos. Deste modo, um dos pontos destacados pelo autor condiz na ambientalização a partir da conferência de Estocolmo, em 1972, esta que reuniu mais de 130 países para que acordos fossem fechados, perante a grande poluição ao meio ambiente, a qual se fazia presente em grande escala desde as Revoluções Industriais. A ascensão de métodos tecnológicos para que as produções em grande escala dentro das indústrias fossem realizadas, foi o ápice para que a camada de ozônio tivesse uma redução, através, neste caso, da queima de carvão, uso de carbono, petróleo, dentre outros. Ademais o impacto resultante das queimadas nos espaços naturais o que causaria um aquecimento maior de forma global, ampliando assim a necessidade de medidas que viessem proteger o meio ambiente.

Esta conferência, apesar de ter tido opiniões divergentes entre países desenvolvidos e os em desenvolvimento, foi o ponta pé para uma suposta “melhoria” para a conservação e preservação do meio ambiente.

Deste modo, Sérgio Lopes aponta para uma ambientalização inicial, esta que é almejada para diminuir os conflitos sociais resultantes de tais degradações. Segundo Lopes (2006, p. 35):

A ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Pode-se supor que a constituição dessa questão tenha se iniciado nos países desenvolvidos industriais, relacionada à produção de acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização.

Essa nova questão social e pública, no Brasil, tem um histórico que perpassa a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Onde, a partir da mesma, diversas políticas foram erguidas no intuito de erradicar a degradação ao meio ambiente, bem como ao consumidor no que condiz ao contexto histórico-cultural, artístico, estético, turísticos, paisagísticos. Este foi um marco de uma lei de ação civil pública criada no ano de 1985. Apesar de que, em anos anteriores, já se fazia presente algumas medidas com o intuito de conservação e preservação.

Desde 1973, entre a criação da SEMA, à promulgação de uma nova Constituição do Brasil, o Brasil vem realizando medidas de defesa, estas que tiveram uma grande influência na Rio 92, conferência da ONU realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, sobre o meio ambiente. Este momento foi marcado, então, pela atenção das ONGs, associação de moradores, movimentos sociais, instituições governamentais.

De forma sintética, perante essa visão ambientalista, Lopes aponta uma transformação no Estado e nas mentes humanas, a saber:

Essas transformações têm a ver com cinco fatores sobre os quais faremos considerações: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos. (LOPES, 2006, p. 36)

A forma pela qual o Estado é colocado, enquanto parte de ações “transformadoras” perante contextos socioambientais, é notória, nas construções históricas, no entanto, os locais com menos influência e visão, são estes que precisam abdicar de sua própria sobrevivência, cultura, identidade, para favorecimento do Estado. Então, percebe-se que desde o desenvolvimento industrial, das Revoluções, a parcela dos grupos como minorias foram as mais afetadas, principalmente nos países em desenvolvimento.

A violência física exercida pelo Estado na *Comunidade* Vinhais Velho modificou fortemente a realidade de alguns Agentes Sociais que moravam por muitos anos ali. A figura (12) a seguir corresponde à fonte do Google Earth no período anterior à implantação da Via Expressa, ela menciona a casa de uma senhora que hoje já não está mais entre eles, pois faleceu, mas que morava do lado em que a *Comunidade* ficou menor, separada do espaço em

que há igrejas, comércios e demais pontos presentes e essenciais em um bairro. Ratifico a utilização de dados de pesquisas anteriores, como citado na introdução, sendo este o mesmo campo, porém com o objeto de estudo diferente.

Destaco, desta forma, a visão de Bourdieu pontuada acima. O Estado não está a favor das classes “menores” e sim das que são elitizadas. As menores, dentro de um espaço tomado por infraestrutura urbana, são apenas fruto social, “classes impuras”, colocadas como meros objetos em um espaço que, a qualquer momento, pode ser retirado, modificado, utilizado como um simples ambiente a favor e entregue às classes dominantes. A violência física e simbólica geralmente são exercidas para darem lugar aos que, de algum modo, têm um certo “poder” dentro de uma sociedade.

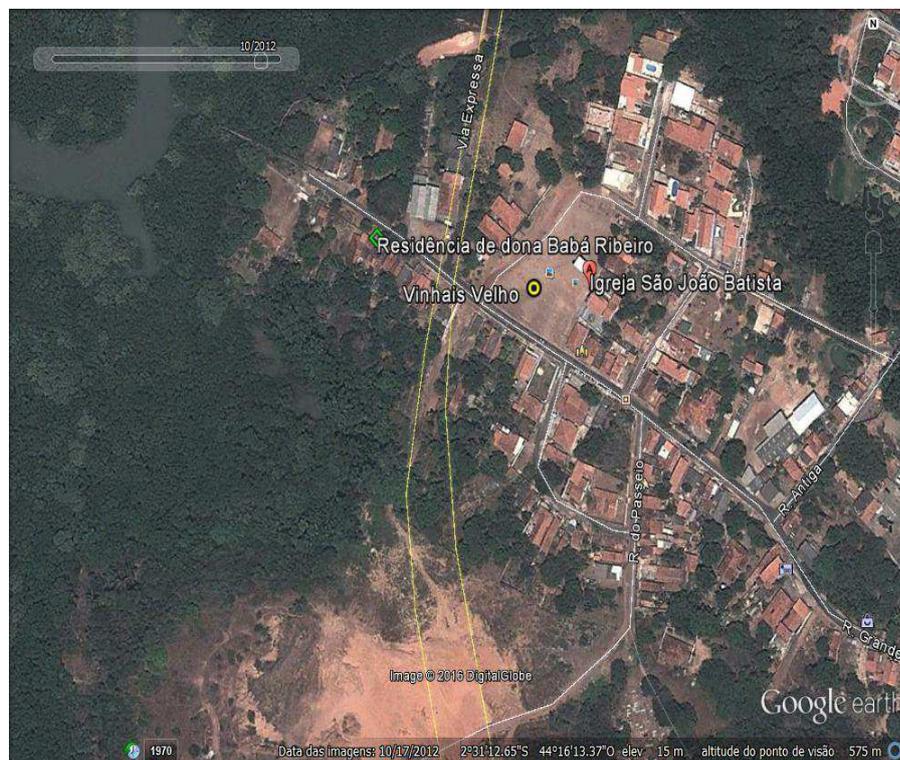


Figura 12: Comunidade Vinhais Velho antes da passagem da Via Expressa em 2012.
Fonte: Google Earth

A figura representada acima ilustra como era o Vinhais Velho antes da passagem da Via em parte da *Comunidade*, sendo apontada assim a Igreja de São João Batista que está localizada na maior parte após a divisão e, do lado oposto, tem-se a outra parte da *Comunidade*, esta que está às margens do rio Anil, no entanto, sem facilidade a ir à Igreja, aos festejos culturais no espaço em frente à mesma, às escolas, aos comércios, cemitérios, dentre outros.

Um ponto a se destacar é que, a priori, o projeto da Via tinha como plano a passagem da mesma a menos de 20m da Igreja São João Batista (VAZ, 2012- documentário), no entanto, através de um protesto realizado pela *Comunidade* em frente à igreja tombada no ano de 2012, o Governo mudou o trajeto o que, ainda assim, não deixou de trazer uma série de insatisfações aos moradores. Assim, menciona Cutrim em um comentário feito no Jornal Pequeno sobre o fato ocorrido no Vinhais Velho:

Os moradores estão envolvidos a fundo nessa história e já conseguiram algumas vitórias. De acordo com Leopoldo Vaz, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, o traçado da Via Expressa passaria a poucos metros da Igreja de São João Batista, que é tombada, e desalojaria mais de trinta famílias no Vinhais Velho. Protestos dos moradores fizeram o número de casas desapropriadas diminuir para oito e a via se afastar 100 metros da igreja. (CUTRIM, 2012)

Nesse caso, é perceptível a luta dos moradores pelo seu espaço quanto às residências, suas casas, e este foi o motivo maior pelo inconformismo com a passagem da Via. Logo, com a construção desta, analisa-se que os moradores se envolveram no que condiz às mudanças prestes a acontecer na localidade e fizeram uma manifestação em frente à Igreja de São João Batista (figura 13), com a presença de algumas autoridades políticas, como aponta Viviani e Jully (2012):

Na manhã de sexta-feira, a comunidade do Vinhais Velho recebeu um “abraço” simbólico de mais de 200 pessoas, representantes de várias entidades que se juntaram à luta contra a passagem da Via Expressa no local. O ato teve como abertura o Hino Nacional, tocado pela Banda de Música da Polícia Militar, e ocorreu em frente à igreja de São João Batista (fundada em 1612). Militantes sociais e líderes sindicais de todo o estado do Maranhão compareceram. Segundo o morador e membro da Comissão Permanente de Luta pela Moradia Digna e Preservação dos Valores Históricos e Culturais do Vinhais Velho, José João Amorim da Silva, o “JJ”, 53, representantes de vários municípios maranhenses aderiram ao movimento, que pretende sensibilizar o governo estadual para o reconhecimento e a preservação dos valores e monumentos históricos e culturais do Vinhais Velho.



Figura 13. Manifestação dos moradores em frente à igreja São João Batista. **Fonte:** Jornal Pequeno, 2012.

Os moradores estavam preocupados com a passagem da Via sobre suas residências e sobre a igreja em que realizam missas e cultos dentro da *Comunidade*, mas, não somente isso, as pessoas que ouviam a história de que a mesma possui materiais arqueológicos e de que esta foi uma das primeiras aldeias ocupadas por índios Tupinambás, se sensibilizaram com a ação e juntaram-se aos moradores no dia da manifestação. Assim, Viviani e Jully destacam:

Membro do Fórum de Defesa e Cidadania, Luís Magno Moraes Pereira, 37, morador do município de Cantanhede, disse que veio a São Luís para integrar o movimento por acreditar que a comunidade do Vinhais Velho deve ser preservada. Também presente ao ato, o deputado federal Domingos Dutra disse que o “abraço” representou o gesto de solidariedade das pessoas para com a comunidade do Vinhais Velho, que, segundo o parlamentar, “por dever legal e moral deve ficar exatamente como está” (VIVIANI E JULLY, 2012).

Sobre a participação da *Comunidade* em decisões e projetos realizados, vale salientar a afirmação de Pestana (2013), a qual aponta mais um fator que faz parte de aspectos socioambientais quanto à relação de cunho ambiental com a comunidade afetada, assim:

[...] o planejamento das cidades deve oportunizar o envolvimento das lideranças comunitárias nas discussões que buscam solucionar os problemas que surgem no processo. Assim, a implantação de um modelo de gestão participativa que reflita o crescimento de áreas urbanas é fator decisivo na identificação dos riscos aos quais a comunidade está exposta como fornecimento de água, saneamento e esgotamento, coleta de lixo, infraestrutura das vias de acesso e a existência de órgãos públicos como postos de saúde, escolas e delegacias. (PESTANA, 2013, p. 47)

Partindo desse pressuposto, a *Comunidade* faz parte das decisões que a envolve, nesse caso, o interesse do Governo Estadual e/ ou Municipal deve consistir em colocar suas políticas públicas com transparência perante a sociedade para que qualquer problema de cunho social e ambiental seja exposto.

Além do protesto realizado, a *Comunidade* tomou outras medidas, como o erguimento de uma barricada com faixas para impedir as máquinas de passarem no local traçado pelo projeto (figura 14).



Figura 14: Barricada erguida pelos moradores como um ato de protesto antes da implantação da Via.
Fonte: blog do Edwilson.

O fato dos moradores terem se mobilizado para que houvesse uma solução na passagem da Via sobre algumas coisas, resultou nessas manifestações, onde se visava o desvio deste traçado e o mantimento das casas que foram retiradas da *Comunidade*.

Contudo, apesar disso, percebe-se que a vida de algumas pessoas principalmente nas áreas adjacentes, como por exemplo, do Ipase ao Jaracaty, onde foi facilitada quanto ao deslocamento no trânsito, aos engarrafamentos. No entanto, para os moradores da *Comunidade*, houve interferência na vida destes. Destaco a fala de uma senhora chamada Ubaldina, mais conhecida como dona Babá (figura 15), a qual não está mais entre a *Comunidade*, pois já falecera, mas fez parte da minha monografia no ano de 2016.

[...] da minha casa, podia me matar, mas eu não saía daqui nunquinha e não saí, não teve dinheiro que botasse na minha casa. A minha irmã morava bem aí encostado, meu irmão comprou a casa dela, ela foi mais lá para cima e ele fez a dele aí, meu irmão, esse que cuida de mim, Ademir.



Figura 15: Dona Ubaldina Ribeiro em sua residência. **Fonte:** Acervo pessoal.

O padre Jadson Borba, que fazia parte da paróquia de São João Batista no ano de 2016, e que residia na mesma há três anos, informou, através de um depoimento concedido no mesmo dia que houve a conversa com a dona Ubaldina, que só a ver quando vai com alguns fieis buscá-la em sua residência, pois estima ser muito perigosa a travessia da mesma sobre a Via. A dona Ubaldina relatou sobre a Via Expressa e informou: “[...] acabou com a minha família, tudo espalhado, é só eu que estou aqui, para ir à igreja é o maior sacrifício. Se não tiver uma pessoa para me atravessar, eu não vou” (RIBEIRO, 2016). O padre, por sua vez, disse que na época em que o projeto estava sendo desenvolvido chegou a conversar com o secretário de Infraestrutura, secretário então da época, senhor Max Barros, e pediu que fosse colocado um semáforo ou uma faixa de pedestres na Via, para dar o acesso ao deslocamento dos moradores de uma parte à outra do bairro. Sobre essa divisão e suposta exclusão social de uma parte comunidade vale pontuar o relato concedido pelo Sr. Gilberto Alves:

Se tu fores lá na parte de baixo, eles vão te dizer que aqui que isso foi o pior erro, por que a gente anda na IV Centenário, lá é toda margeando o rio, certo? Se eles tivessem vindo aqui, conversado com a *Comunidade*, eles não teriam cortado a vila, teriam feito ela margeando, não teria cortado. Hoje em dia, quem mora lá do outro lado, às vezes, para o simples ato dele vir para cá, para igreja, dependendo do horário, ele passa até 30 minutos ali esperando para ele passar, o camarada que,

antes para ele vir para casa, era só descer a ladeira. Não se preocuparam em fazer nem uma passarela, não se preocuparam em fazer nem um túnel, então não foi conversado, [...] eles ficaram isolados mesmo.

A visão do Presidente da Associação de Moradores era que a Via tivesse um outro traçado, o qual não fosse necessário passar pelo meio da *Comunidade*, mas que fosse feita margeando o Rio Anil realçando a construção de uma ponte, túnel ou passarela para melhor atender ao deslocamento da população para outras áreas da cidade.

Para que a Via tivesse seu traçado desejado, foi necessário demolir oito casas, como afirma seu Jhony – Agente Social que me acompanhou durante meu percurso em campo no meu TCC – e , entre essas oito, encontravam-se as da família Ribeiro: “saíram oito casas. Saíram cinco da família Ribeiro, que é de dona Babá, saiu uma que era a de seu Benaque e a de dona Piu, do outro lado” (Da Silva, 2016). A figura 16 demonstra, com a orientação do morador, o espaço em que as casas foram retiradas e esta teve a Via Expressa traçada bem ao meio. Dona Ubaldina disse que, para ela, a implantação da Via dificultou sua vida, pois, por causa desta, não pode mais ter o mesmo contato com seus familiares como possuía antes, por estes agora morarem mais longe e o nível de periculosidade com o deslocamento é grande, no entanto, estes residem na mesma comunidade.



Figura 16: Área em que houve a retirada das casas para a passagem da Via Expressa.

Fonte: Acervo pessoal.

A partir da figura acima, pode-se perceber o recorte feito na *Comunidade*, onde nesse espaço pavimentado havia casas e apenas uma rua que fazia a junção entre a mesma.

Pela figura 17, pode-se perceber a Via Expressa com entrada para a *Comunidade* Vinhais Velho à direita e do lado esquerdo da Via fica a parte menor da *Comunidade*, a parte em que está localizada a casa de dona Ubaldina. A área em que está à esquerda ficou bem menor.



Figura 17: Via Expressa. À direita, entrada para a maior parte do Vinhais Velho.
Fonte: Google Earth.

Percebe-se então, que o traçado pela Via Expressa trouxe à *Comunidade* a insatisfação de ver sua localidade modificada o que, para algumas pessoas, segundo um dos moradores residentes que deu depoimento no documentário já mencionado, parece que houve o esquecimento de toda uma trajetória vivida por estes e por seus antepassados.

Ademais, o padre Jadson chegou a frisar sobre a qualidade de vida dos moradores, e menciona que a relação presente entre a mesma é de afetividade, informa que são ligados a relações descendentes entre famílias, a maioria é advinda de gerações passadas, dificilmente encontra-se moradores que vieram de outra região, mas sim primos, parentes, pais e assim a *Comunidade* vive na tradição já existente. Foi mencionado pelo mesmo que, com a passagem da Via Expressa sobre esta, a menor parte do bairro, ou seja, à esquerda, sentido Ipase à Jerônimo de Albuquerque, não possui saneamento básico e coleta de lixo, o que leva a população a se deslocar para o outro lado da *Comunidade* para deixar o lixo ou até mesmo depositar este em terreno baldio. No entanto, com o crescimento urbano, percebe-se que a

implantação de políticas públicas voltadas a este fator é de suma importância para que a sociedade não fique a mercê de depredações ambientais. De acordo com isso, afirma-se então

[...] na busca pelo crescimento e desenvolvimento sustentável o planejamento das cidades deve oportunizar o envolvimento das lideranças comunitárias nas discussões que buscam solucionar os problemas que surgem no processo. Assim, a implantação de um modelo de gestão participativa que reflita o crescimento de áreas urbanas é fator decisivo na identificação dos riscos aos quais a comunidade está exposta, como fornecimento de água, saneamento e esgotamento, coleta de lixo, infraestrutura das vias de acesso [...] (PESTANA, 2013, p. 47)

Sobre a relação de afetividade e entre familiares, apontou o Sr.Jaldenir Jhony, que faz referência quanto à convivência de uns para com os outros e destaca o nível de periculosidade agora exposto na *Comunidade*:

Depois da Via Expressa o bairro ficou perigoso, por que aqui é só família [...], aí depois dessa Via foi que aconteceu muito assassinato e roubo [...] aqui a gente dormia quase meia noite/ uma hora, ficava na porta aqui, só conversando com os parentes, depois dessa Via, oito ou sete horas todo mundo já está dentro de casa [...] ficava até tarde dentro de casa, era só parente mesmo. (Da Silva, 2016)

Por isso, uma das principais consequências relatadas por um dos moradores é que a convivência entre a *Comunidade* foi alterada e que a deixou sujeita a perigos diários, impedindo assim com que possam viver da mesma forma de antes.

Deste modo, vale pontuar alguns pontos relatados pelo RIMA quanto aos impactos de natureza ambiental e antrópica, então as informações que se seguem darão continuidade ao que foi imposto pelo projeto Via Expressa.

4.3 Breve análise sobre os resultados obtidos pelo RIMA para a área de implantação e operação do projeto Via Expressa

Portanto, sobre os resultados obtidos pelo RIMA, faz-se necessário a interpretação dos dados obtidos com os danos causados ao meio ambiente e ao sistema antrópico. Deste modo, de acordo com o RIMA (2010), na fase de execução do projeto, foi exposta a reflexão de irregularidade de natureza direta com impacto ambiental adverso.

Os impactos com duração temporária ou permanente se fazem presente principalmente na área de influência direta, afetando assim, em maior ou menor grau, a vegetação e o solo, destinados à exploração de caminhos de acesso, canteiros e asfalto.

Assim, os efeitos diretos e indiretos com caráter adverso se atêm ao elemento humano assentado na área de influência do empreendimento. Ademais, efeitos favoráveis são existentes, resultantes de oferta imediata de emprego e renda, com especificidade em mão de obra não especializada. Além do mais, a médio e longo prazo, atividades realizadas voltadas ao comércio e turismo, com qualidades em demanda de emprego para a população. Assim:

Uma vez, que a Via Expressa de Ligação das Avenidas: Carlos Cunha (Jaracaty), Jerônimo de Albuquerque e Daniel de La Touche (Ipase), seja implantada e entre em operação, os demais setores da economia urbana, principalmente o comércio e a prestação de serviços, deverão ser diretamente beneficiados, tendo em vista todos os impactos positivos que as condições melhoradas de tráfego, transporte urbano e acesso trazem consigo, como fluidez e segurança do trânsito, encurtamento de distancias e, portanto de tempo, urbanização de áreas / bairros cortados pelo traçado da via, perspectivas de abertura de empreendimentos ao longo do trecho, gerando renda e emprego, contribuindo também para aumento da arrecadação pelo Poder Público, o que deve retornar às populações na forma de outras melhorias, etc. (RIMA, 2010, p. 15)

Com base na citação acima a Via gerou um benefício às pessoas e, assim, aos Agentes Sociais. No entanto, tais empregos seriam de forma temporária, onde, durante o período de construção da mesma, as ofertas seriam realizadas para a conclusão da obra.

Sobre os resultados de natureza antrópica, analisa-se as desapropriações de residências, principalmente na segunda fase de implantação da Via, afetando assim a rotina de famílias já consolidadas.

Pelo que foi avaliada no que consiste na execução sobre a vegetação natural que foi removida, não houve observação de interferências significativas sobre algum sistema expressivo.

Para a fase de operação do empreendimento, vale pontuar os benefícios humanos à região metropolitana de São Luís, os quais relacionam-se ao comportamento favorável do empreendimento, apesar de ser considerado como uma obra de infraestrutura básica, mas com um potencial apto a oferecer uma contribuição no desenvolvimento da região, sendo um projeto como prioridade do Governo do Maranhão.

Ainda assim, sobre os resultados esperados pelo empreendimento, pode-se destacar, segundo o RIMA (2010, p. 87):

Os resultados obtidos pela análise dos impactos apontam para esta fase, a ocorrência de impactos de natureza direta, que incidirão favoravelmente, principalmente sobre o sistema antrópico. Relacionam-se principalmente às facilidades de acesso e tráfego da população pendular que se desloca cotidianamente na área, posto que irá favorecer o fluxo de tráfego na região, desafogando os congestionamentos que se formam atualmente nas Avenidas dos Holandeses, Jerônimo de Albuquerque e

Daniel de La Touche, principais vias que dão acesso a diversos bairros da cidade de São Luís e aos demais municípios da ilha de São Luís. E, deste modo, favorecendo o desenvolvimento sustentável de toda a AII do empreendimento. Por outro lado, espera-se para esta fase também, a médio e longo prazo, o desgaste e deterioração do empreendimento, resultante dos usos públicos e da ação natural do meio e do tempo. Fato que deverá ser evitado com a implantação do plano de conservação da Via.

Deste modo, é muito realçada a forma pela qual o Projeto foi implantado e os seus resultados benéficos, contudo, não somente benefícios existiriam, mas a deteriorização do projeto, poderia acarretar mais custos à população.

Por isso, ainda após a construção da Via tendo passagem sobre a *Comunidade*, os moradores se indagam sobre o que o Governo do Estado prometeu entre um acordo para que o projeto fosse realizado em parte desta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minhas análises frente ao trabalho aqui descrito advêm de um interesse em compreender, ir para além do imaginado, conhecer a *Comunidade* em questão, esta inserida em um contexto conturbado do crescimento urbano, entre frustrações, medos e aceitações; bem como alargar o saber antropológico e estendê-lo, dá voz ao desconhecido. E aqui não falo somente dos Agentes Sociais, estes que são protagonistas da imposição do Estado em suas formas de viver, mas também de uma cultura mexida, pois ela faz parte da identidade de uma da *Comunidade*.

O ponto de partida então, nesta pesquisa, remete a situações conflituosas, vindo desde o ano de 2016, como dito na introdução, ainda que de forma ambiental, mas com marcos sociais. Não há coerência em falar sobre impactos ambientais e não destacar o que isso resulta na vida de pessoas e em sua identidade.

Percebe-se então com esta pesquisa, que o marco identitário da *Comunidade* Vinhais Velho, ao meu ver, é pautado em relações familiares, onde as gerações seguem a perpetuar. Esta identidade que muito é frisada por Barth, quando aborda a mesma para além de suas fronteiras, a qual toma como um marco as relações estabelecidas com outros grupos. Desta forma, são os marcos sociais, culturais, que não estão pautados apenas em um pensamento histórico voltado aos povos indígenas, mas sim a famílias que se instalaram na *Comunidade* em anos atrás e que deixaram seus filhos, netos, bisnetos, dentre outros. Ademais, é um marco que tem aspectos naturais e ambientais como fontes de suprimento e vivência. É de conhecimento da *Comunidade* que houve uma redução de sua vegetação, das áreas e manguezais, estas últimas que serviam de pesca constante para vendas em feiras e dentro da própria *Comunidade*.

Os conflitos travados dentro da *Comunidade* expõem as batalhas constantes de classes e uma delas, o Estado está disposto a defender. Muito se fala em reconhecer as minorias, no entanto, é a classe com um lugar “privilegiado” dentro da sociedade, quem garante o poder de voz. A Via Expressa foi e ainda é um marco realizado para garantir a estas classes melhor trafegabilidade entre as avenidas mencionadas no capítulo anterior dentro de São Luís-MA. Assim, apesar de haver uma redução nas áreas ambientais, bem como no lugar em que a arqueologia se fez presente – e ainda o faz –, à demolição de casas, dentre todos os pontos sociais já mencionados, não se pensou em realizar uma cultura desenvolvimentista

quanto ao megaempreendimento citado de forma a não mexer em todos esses aspectos dentro desta *Comunidade* e em todos os outros grupos à fora que foram impactados.

Esta análise antropológica frente ao que é imposto pelo Estado, me faz depreender a necessidade deste estudo, pois, quando se fala em “comunidade” percebe-se que esta não é um espaço fechado e sem a percepção de quem está de “fora” da mesma. As relações então se estabelecem quando há um contato com pessoas de lugares adjacentes e até um pouco mais distante.

O que a Comunidade vivenciou em meados de 2010 trouxe à tona essa visão, onde pessoas de outros lugares se preocupavam com a situação e tomaram partido, para assim fortificar a voz daqueles Agentes Sociais. Políticos, como Deputados, se envolveram na causa, bem como professores, arqueólogos, historiadores. Estes e outros mais presenciaram todo o lamento da *Comunidade*.

Observo ainda que a análise governamental frente ao que vem de impactos socioambientais referentes à implantação da Via Expressa explana que os mesmos são de natureza moderada, pois não houveram muitas desapropriações e os lugares em que a Via tem passagem não margeiam os manguezais (RIMA, 2010). No entanto, se para um não houve um forte impacto, para quem viveu e ainda vive, sim, teve uma *Comunidade* fortemente transgredida.

Presencio ainda que, pelas pesquisas de campo realizadas, pude perceber que a *Comunidade* tem o Memorial do Sítio Arqueológico do Vinhais Velho apenas como um espaço ao lado da Igreja de São João Batista, não como de fato um local que traz à mesma uma importância, tendo em vista que a história de povos Tupinambás está sendo contada através dos artefatos arqueológicos. Não houve, conforme uma Agente Social mencionou, tanta importância da *Comunidade* para com a construção do Memorial e sim a preocupação com as casas demolidas e todos os outros pontos que trouxeram conflitos à mesma. O Memorial, no entanto, serve mais de visita para pessoas de fora da *Comunidade*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. OLIVEIRA, Murana Arenillas. **Museus indígenas e quilombolas: centro de ciências e saberes**. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2017.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- _____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo I** (tradução Denise Bottman). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. (tradução Esteia dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 . 316 p.
- BALANDIER, Georges. **A situação colonial: abordagem teórica**. Cadernos Ceru v. 25, n. 1, 02. 2014.
- BANDEIRA, Arkley Marques. **Vinhais Velho: arqueologia, história e memória**. São Luís: Ed. Foto Edgar Rocha, 2013.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: O guru, e o iniciador e outras variações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Compreender**. In: A Miséria do mundo. _____.17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France 1989-1992**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123 p.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- D’ABBEVILLE, Cláudio. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2002.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA. **Implantação e pavimentação da Via Expressa de ligação das Avenidas**: Carlos Cunha (Jaracaty), Jerônimo de Albuquerque e Daniel De La Touche (IPASE). São Luís-MA. 2010.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juíz de Fora. Editora UFJF, 1968.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro). 11 ed. Rio de Janeiro: DP E A, 2006.

LOPES, José Sérgio Leite. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação**. *Horiz. antropol.* [online]. 2006, vol.12, n.25, pp.31-64.

MANDAROLA Jr., E. et al. **Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo**. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 35-56, jan./jun. 2013. p. 35-43.

MARTINS, Cynthia Carvalho. II Seminário Internacional. **Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionais**. 2013.

MARTINS, Karla. **Expansão urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: o caso brasileiro**. Planaltina. DF, 2012.

MELLO, Sabrina Alves; CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de. **Memória, Identidade e Patrimônio Arqueológico**: um estudo sobre as lembranças dos velhos da Vila do Catimbau, Buíque-PE. Campinas, SP v. 10 n. 3 p. 37-54 OUT. 2016.

MENDES. Raquel de Oliveira. SANTOS. Flávio Roberto Gomes dos. **A organização do espaço urbano em São Luís e suas consequências ante o implemento dos grandes projetos econômicos/tecnológicos em seu território**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Flavio_Roberto_Raquel_Oliveira.pdf/>. Acesso em: 30 mar 2021.

MENEZES, Elieyd Sousa de. **Relações sociais, processos de dominação e estratégias de enfrentamento no sistema de aviação em Barcelos - AM**. 2019

MOTTA, Diana Meirelles da; MUELLER, Charles Curt; TORRES, Marcelo de Oliveira. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico espacial brasileiro**. Brasília: IPEA, 1997. 32p.

OBRAS da Via Expressa são paralisadas temporariamente. **Globo.com**, 20 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/04/obras-da-expressa-serao-paralisadas-temporariamente>>. Acesso em: 20 nov 2020.

OSWALDO, Viviani; JULLY, Camilo do. **Resistência no Vinhais Velho põe em xeque a Via Expressa**. Disponível em: <<https://tribunalpopulardojudiciario.wordpress.com/tag/igreja-de-sao-joao-batista/>>. Jornal Pequeno. 20 Mar 2012.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **Visões dos degraus do paraíso industrial**. In: _____. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612 – 1991**. 2 ed. Revista – São Luís: Ed. do Autor/FUNC, 2001.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA. **Implantação e pavimentação da Via Expressa de ligação das Avenidas:** Carlos Cunha (Jaracaty), Jerônimo de Albuquerque e Daniel De La Touche (IPASE). São Luís-MA. 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade.** São Paulo: Editora Brasiliense – Série Primeiros Passos, 1988.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **O urbano ludovicense:** produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões. — São Luís: EDUFMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SOUSA, Paula Ramos de. **Análise de áreas degradadas por processos erosivos no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Anil, Ilha do Maranhão.** São Luís, 2018.

VELTHEM, Lucia Hussak Van. **O objeto etnográfico é irreduzível?** Pistas sobre novos sentidos e análises. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan.- abr. 2012.

ANEXOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**REQUERIMENTO Nº , DE 2012**

(Do Sr. Deputado Domingos Dutra PT/MA)

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater os graves problemas ambientais, religiosos, culturais, arqueológicos, sociais e jurídicos da construção da **Avenida Via Expressa São Luís**, na cidade de São Luís, do Estado do Maranhão.

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a construção da **Avenida Via Expressa São Luís** na cidade de São Luís do Estado do Maranhão sendo convidados: **i)** Excelentíssimo Sr. Gastão Vieira Lima, Ministro do Turismo; **ii)** Sr. Jorge Luís, Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Maranhão, **iii)** Sr. Pedro leão da Cunha Soares, Superintendente do IBAMA no Estado do Maranhão; **iv)** Dra. Kátia Santos Bogéa, Superintente do IPHAN no Estado do Maranhão; **v)** Dr. Alexandre Silva Soares, Procurador Federal da República no Estado do Maranhão; **vi)** Dr. Fernando Barreto, Promotor Público do Ministério Público do Maranhão; **vii)** Dr. Yuri Costa Defensor Público da União no Estado do Maranhão; **viii)** um representante da comunidade de Vinhais Velho, Carlos Magno Santos Jacinto Penha; **ix)** Dr. Leopoldo Vaz , Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; e **x)** Sr. Carlos Magno Santos Jacinto Pena, representante da comunidade de Vinhais Velho.

JUSTIFICATIVA

A construção da **Via Expressa**, na capital do Maranhão, São Luís, com aproximadamente **06Km** (seis quilômetros) de extensão, para interligar as Avenidas Colares Moreira, Carlos Cunha, Jerônimo de Albuquerque e Daniel de La Touche ao custo inicial de **R\$ 105 (cento e cinco) milhões, sendo R\$ 20 (vinte) milhões** decorrentes de convênio firmado com o **Ministério do Turismo, que implicará em graves impactos sociais, culturais, religiosos e sociais.**

A primeira fase da Via já foi iniciada em agosto deste ano, compreende a construção de cerca de 1.880 km de extensão e uma ponte de 244 metros. A *Via Expressa São Luís* é, portanto, apesar da pequena extensão, uma obra de grande porte para o Estado do Maranhão, seja pelos recursos orçamentários alocados, seja pelo impacto ambiental, sócio-cultural-religioso que está causando às populações atingidas.

Uma das alças da mencionada Via Expressa atingirá a **VILA VINHAIS VELHO**, fundada no início do século XVII. A antiguidade da Vila Vinhais Velho é atestada pela **IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA**, fundada em 20 de outubro de 1612, portanto há 399 anos; pela existência do cemitério do final do século XVII; pela construção de um Porto de embarque e desembarque, no Governo Newton Belo, na década de 1970; pela escola municipal Oliveira Roma, inaugurada na década de 1970; pelo antigo campo de futebol; pelas diversas fontes naturais antigas; pelas reservas de manguezais; pela existência de ipês e outras espécies de vegetação nativa e pela existência das pessoas.

Por outro lado, além da Comunidade Vinhais Velho, de acordo com a matéria jornalística ***Ambientalistas rejeitam 'Via Expressa' de Roseana em área verde***, de autoria de Jully Camilo publicada em 15 de setembro no JP, os moradores do conjunto do Maranhão Novo, por meio da Associação dos Amigos e Usuários do Parque Ecológico (Assuape), consideram que a Via Expressa, da forma prevista, irá destruir a área verde e um parque e fauna existentes no bairro. A Via Expressa prevê até a construção de uma rotatória dentro do parque,

destruindo mais de 1.200 árvores de grande porte como pau-brasil, o ipê e a maçaranduba, protegidas por lei.

É inadmissível o aporte de recursos públicos, inclusive do Governo Federal, para destruir o patrimônio histórico, cultural e ambiental, vitimando famílias tradicionais, com destruição de vínculos religiosos, culturais, sociais e de parentesco.

Desde o início da construção da Via Expressa, os moradores da Vila e demais cidadãos de São Luis se mobilizaram para discutir a obra e evitar a destruição do patrimônio histórico e cultural. Já acionaram a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Estadual e Federal, os órgãos responsáveis pela defesa do patrimônio ambiental e histórico, além de diversas atividades para sensibilizar e informar a sociedade maranhense e brasileira dos abusos que estão acontecendo com a construção da Via Expressa.

A Via Expressa é uma obra secreta, sendo sonegada informações elementares à população e às populações atingidas, fato que afronta o princípio constitucional da publicidade. As populações que serão vitimadas pelo empreendimento jamais participaram de qualquer reunião ou audiência sobre a obra, tendo que ingressa com Mandado de Segurança para obterem informações de seu interesse.

Em face da postura autoritária do Governo Estadual e diante das ameaças ao território e aos direitos culturais, religiosos de uma comunidade tradicional, a população do Vinhais Velho está apelando ao Papa na esperança de sua santidade toque na mente e no coração da governadora, evitando este genocídio em pleno século 21, à luz do dia, no centro da capital do Maranhão.

Em face da participação de recursos da União neste empreendimento questionável e em face das violências aos direitos humanos, fatos que atraem a competência fiscalizatória do Congresso Nacional, torna-se oportuna e urgente a presente audiência pública.

Portanto, a realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos se somaria a essas ações e promoveria a visibilidade do problema que ameaça um patrimônio nacional. .

Câmara dos Deputados, 14 de março de 2012.

“Justiça se faz na luta!”

DOMINGOS DUTRA
Deputado Federal – PT/MA